



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

JOSÉ RAIMUNDO TORRES DOS SANTOS

DIÁSPORA DOS ÍNDIOS WARAO DA VENEZUELA

BOA VISTA – RR

2019

JOSÉ RAIMUNDO TORRES DOS SANOS

DIÁSPORA DOS INDIOS WARAO DA VENEZUELA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Roraima como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino.

BOA VISTA – RR

2019

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

S237b Santos, José Raimundo Torres dos.
Diáspora dos índios Warao da Venezuela / José Raimundo
Torres dos Santos. – Boa Vista, 2019.

83 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima,
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

1 – Warao. 2 – Fronteira. 3 – Diáspora. 4 – Venezuela. 5 –
Roraima. I – Título. II – Cirino, Carlos Alberto Marinho
(orientador).

CDU – 397(=1-82)(87)

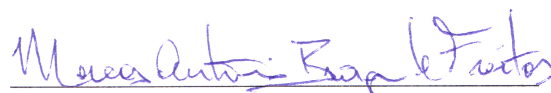
DIÁSPORA DOS INDIOS WARAO DA VENEZUELA

Boa Vista (RR), 21 de novembro de 2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino
Presidente



Prof. Dr. Marcos Antonio Braga de Freitas

Membro Interno/UFRR



Prof^a Dr. Carmen Lúcia Silva Lima

Membro Externo/UFPI

“Carta dos refugiados às Nações”

Hoje...

Venho aqui, porque não tenho terra!

Amanhã vou ali também não tenho terra!

Tudo é terra!

O Nativo diz:

Não tens aqui o direito,

Tu que me vens tirar o trabalho...

então sou submetido ao trabalho escravo,

porque quero viver a vida!

Ó Céus!

Oh, credo!

Só quero viver a vida

Quero liberdade

Busco a justiça

Quero também pelo menos uma única oportunidade

Para que eu sobreviva e mitigue a minha sede!

Tenho fome, quero roupa, quero abrigo,

Só quero viver a vida!

Repito: NÃO TENHO TERRA, TUDO É TERRA!

Tenho uma vida

Que também merece ser vivida

Um presente de Deus eterno para todas as nações!

Sou um barco à vela

À busca de um destino

Por favor, me respeitem, só quero viver a vida!

(Moisés Tiago António)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGANTS e à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e a toda a equipe de servidores dessas Unidades da Universidade Federal de Roraima

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – PPGANTS, que contribuíram com seus conhecimentos e com dedicação para conosco.

Agradeço ao meu orientador professor Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino, por me acompanhar de forma tão dedicada durante essa empreitada, sem o qual esse trabalho não teria sido realizado. A ele devo os meus mais profundos agradecimentos.

À minha família e amigos da segunda turma do PPGANTS, em especial, Ivy Elida, Marisa, Da Guia, Melina e Júlia, pela amizade e apoio para a realização deste trabalho.

Não posso deixar de agradecer a meus interlocutores, tanto os Warao, quanto aos funcionários dos abrigos e os militares que atuam nas ações de acolhimento e que me acompanharam durante uma parte do trabalho de campo.

As funcionárias da SEMASDH, Dona Jane Mara e Mirella, pelo apoio dado à pesquisa na cidade de Manaus-AM.

À minha amiga antropóloga Monica Regina, pelo apoio na pesquisa no município de Pacaraima.

Às minhas amigas, professora Dra. Carmen Lúcia da Silva e a doutoranda Dassuem que mesmo longe contribuíram para realização da pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES que disponibilizou a bolsa de mestrado, agradeço, pois sem esse apoio, a pesquisa não seria uma realidade.

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ACWA	Associação Comunidade Waimiri Atroari
CAER	Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
CRI	Centro de Referência ao Imigrante
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DPSE	Departamento da Proteção Social Especial
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNPAPA	Fundação Papa João XXIII
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPE/RR	Ministério Público Estadual de Roraima
MPF	Ministério Público Federal
MVR	Movimento Quinta República
NAWA	Núcleo de Apoio Waimiri Atroari
NUPEPA	Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia
OMI	Organização Internacional para Migrações
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PADF	Fundação Pan-Amazônica para o Desenvolvimento
SEJUSC	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SEMASC	Secretaria da Mulher, Assistência Social e Cidadania
SEMASDH	Secretaria da Mulher e Direitos Humanos
SEMTRAS	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SETRABS	Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TI	Terra Indígena
TJRR	Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
UER	Universidade Estadual de Roraima
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UNIVIR	Universidade Virtual de Roraima

RESUMO

A pesquisa tem como tema a análise da diáspora do povo Warao, etnia indígena oriunda da República Bolivariana da Venezuela, ocupante do estado do Delta Amacuro. A porta de entrada no território brasileiro se deu pela fronteira da cidade Santa Elena de Uairén com o município de Pacaraima, Estado de Roraima. A pesquisa esteve fundamentada na abordagem antropológica, principalmente de Hall e Clifford, da migração, mas sob a luz dos que esses autores apreendem como diáspora. A pesquisa foi realizada na sede do município de Pacaraima, na cidade de Boa Vista/RR e na cidade de Manaus/AM. O método de investigação teve uma perspectiva qualitativa, enquanto os dados quantitativos foram coletados a partir de relatórios produzidos por diversos órgãos que trabalham com ações de acolhimento dos Warao. A proposta do trabalho foi compreender a longa caminhada do povo Warao, a partir do seu local de origem, acompanhando a dispersão pelo território nacional, seguindo a rota de Pacaraima, Boa Vista/RR, estado do Amazonas, estado do Pará, chegando às cidades de Teresina, Fortaleza e Natal.

Palavras-chave: Warao. Fronteira. Diáspora. Venezuela. Roraima

RESUMEN

La investigación es el tema del análisis de la diáspora del pueblo Warao, un grupo étnico indígena de la República Bolivariana de Venezuela, ocupante del estado de Delta Amacuro. La puerta de entrada al territorio brasileño tuvo lugar en la frontera de la ciudad de Santa Elena de Uairén y el municipio de Pacaraima, estado de Roraima. La investigación se basó en el enfoque antropológico, principalmente de Hall y Clifford, de la migración, pero a la luz de los autores se apoderan de la diáspora. La investigación se llevó a cabo en la sede del municipio de Pacaraima, en la ciudad de Boa Vista y en la ciudad de Manaos. El método de investigación tenía una perspectiva cualitativa, mientras que los datos cuantitativos se recogían de informes elaborados por diversos organismos que trabajaban con acciones de recepción de warao. La propuesta de la obra era entender los largos paseos del pueblo Warao, desde su lugar de origen acompañando la dispersión por el territorio nacional, siguiendo la ruta de Pacaraima, Boa Vista, estado de Amazonas, estado do Pará, llegando a ciudades del Teresina, Fortaleza y Natal.

Palabras-llave: Warao. Frontera. Diáspora. Venezuela. Roraima

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	15
Da Venezuela ao Brasil: a rota dos índios Warao	15
1.1 Os Warao: A longa caminhada em direção ao território brasileiro	15
1.2 Município de Pacaraima: área fronteiriça e Terra Indígena São Marcos	32
CAPÍTULO II	38
Os Warao na cidade fronteiriça em território brasileiro	38
2 Ocupação dos Warao no centro urbano de Pacaraima	38
2.1 O abrigo na fronteira e os espaços demarcados e segregados	41
CAPÍTULO III	51
Os Warao na cidade de Boa Vista	51
3. O abrigo no Bairro Pintolândia em Boa Vista/RR	51
3.1 Os Warao em Manaus, Belém/PA, Santarém/PA e a dispersão pelo nordeste do Brasil	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
Referências Bibliográficas	80
ANEXOS	83

INTRODUÇÃO

A dissertação que ora apresentamos tem como objeto a análise da diáspora dos Warao, a partir da crise econômica e política na República Bolivariana da Venezuela, seguindo a rota Santa Elena do Uairén, Pacaraima/RR, Boa Vista/RR, Manaus/AM, Belém/PA, Santarém/PA, Altamira/PA, Jacareacanga/PA e cidades da região do Nordeste.

Posso afirmar que antes mesmo de concluir meu Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Antropologia/UFRR, iniciei meu trabalho de campo para uma possível proposta de projeto para seleção do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRR. Quando estava coletando os últimos dados sobre a cidade de Pacaraima, objeto do meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, deparei-me com a situação em que viviam os Warao naquela cidade. Esse fato aconteceu quando viajava com uma turma do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRR em uma aula de campo e, aproveitando a oportunidade, chegamos à fronteira. Brasil, República Bolivariana da Venezuela. Hospedamos no Hotel Pacaraima, localizado em frente à rodoviária daquela cidade. Nessa ocasião, os Warao já estavam fixados num terreno ao lado, ao relento, e em número relativamente grande. Das dependências do Hotel Pacaraima era possível observar o movimento diário do grupo, ou seja, dos adultos, das mulheres e principalmente das crianças. Meu orientador sensibilizado com a situação organizou com os alunos um café da manhã para os Warao, no domingo, antes da nossa partida para Boa Vista. Todos contribuíram e, no sábado, encomendamos 250 pães e várias caixas de leite. Quando chegamos ao local, procuramos o responsável pelos Warao. Eles nomeiam entre eles um interlocutor, mesmo considerando que há indígenas originários de aldeias diferentes. Ele providenciou uma mesa e organizamos uma fila. Muitos que estavam dispersos corriam para aquele lugar, principalmente as crianças. Nessa oportunidade conversei com alguns deles. Esse foi o meu primeiro contato com o grupo.

Como já estava concluindo o TCC, essa nova investida não prejudicou a sua finalização. Quando cheguei a Boa Vista, passei a observar os Warao já espalhados pela cidade, principalmente nos sinais de trânsito, agora com um olhar de pesquisador. Passado algum tempo, teve início uma campanha de acolhimento para o grupo em Boa Vista/RR. Foi quando criaram um abrigo específico para os Warao, a partir de uma determinação da 1ª Vara da Infância e Juventude em 26.12.2016. Logo tivemos contato com a irmã Maria¹. e

¹ Maria, será como chamaremos a irmã que coordenava o abrigo para os Warao, assim como usaremos as iniciais dos demais interlocutores, a fim de preservar suas identidades.

decidimos fazer a primeira coleta de dados mais sistematizada. Nesse trabalho de campo, contamos com o apoio de professores da UFRR que já trabalhavam com os Warao em determinadas ações. Através da Irmã Maria fomos informados das maiores dificuldades para manter o abrigo, no caso, material de limpeza e roupas. Mais uma vez meu orientador organizou uma campanha entre os alunos da Pós-Graduação em Antropologia Social e coletamos roupas e recursos para a compra de material. Seguimos numa manhã do dia 04 de fevereiro de 2017 levando as roupas e os materiais de limpeza, como papel higiênico, detergente, sabão em pó e desinfetante. A situação do abrigo era muito precária e a irmã nos deu informações gerais que detalharemos em um dos capítulos.

Ao todo, realizamos três viagens para cidade de Pacaraima para coleta de dados e trabalho de observação participante. A primeira ainda como aluno de graduação, como já nos reportamos. Na segunda para deixarmos uns brindes para os festejos da Comunidade Indígena Ouro Preto, local onde realizei minha pesquisa para elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Hospedamo-nos no mesmo hotel e seguimos os mesmos passos, observação e mais um café da manhã. Os Warao permaneciam nas mesmas condições, agora com uma promessa de barracas que seriam instaladas em terreno da prefeitura daquela cidade.

Na terceira viagem, realizamos uma observação por todo o centro urbano do município. Era grande o número de venezuelanos que transitavam no centro; no entanto, não mais encontramos Warao ocupando as redondezas da rodoviária. No dia seguinte da nossa chegada, fomos ao centro de acolhimento dos venezuelanos em Pacaraima. Conversamos com os militares responsáveis pelo abrigo e tivemos autorização de acesso. O sargento responsável pelas ações nos deu uma explicação de como funcionava o centro de triagem dos venezuelanos não indígenas, uma espécie de abrigo de passagem, enquanto dos Warao tinha um caráter de permanência. Como chovia muito naquela manhã, ele designou outro militar para nos levar ao abrigo dos Warao na parte da tarde. Os militares nos acompanharam por todas as dependências do abrigo, mas nos deixaram à vontade para conversarmos com os abrigados. Praticamente, passamos uma boa parte da tarde realizando o campo no abrigo.

A fotografia abaixo foi tirada no dia 27 de maio de 2017, quando distribuímos pães para os Warao que estavam no terreno ao lado da rodoviária do município de Pacaraima.



Foto do autor, arquivo pessoal.

Ainda em fevereiro de 2017 viajamos para Manaus/AM e de lá a Belém/PA em um navio, acompanhando meu orientador com um dos seus orientandos que estava realizando sua pesquisa sobre o deslocamento dos ribeirinhos pelo rio Amazonas. Eu acompanhava-os na condição de auxiliar de filmagem, haja vista que o trabalho final de curso do graduando era a produção de um vídeo. Em Manaus/AM embarcamos no navio “Amazon- Star” em direção a Belém/PA, numa travessia de 4 (quatro) dias viajando nas águas do rio Amazonas. Saímos de Manaus/AM numa quarta pela manhã e chegamos no domingo. Meu orientador retornou no mesmo dia num voo direto Belém/Boa Vista. Eu e meu amigo de curso, retornamos cinco dias depois num vôo Belém/Manaus para depois pegarmos um ônibus até Boa Vista/RR. Quando saímos do aeroporto e chegamos à rodoviária de Manaus/AM, observei um grande o número de Warao acampados no seu entorno, quadro muito semelhante ao observado em Pacaraima, diferentemente da rodoviária de Boa Vista/RR, onde muito cedo eles se dispersaram por toda a cidade. Como estava só passagem do aeroporto até a rodoviária, minha observação foi mais visual e não cheguei a conversar com o grupo que ali se instalara, assim como a observação de Warao perambulando no centro da cidade.

Um ano depois, já como aluno do Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRR, tomei conhecimento da criação de abrigos para os Warao na cidade de Manaus através da mídia. No dia 01 de agosto de 2018, viajei para Manaus/AM com o objetivo de conhecer o abrigo dos Warao criado pela Secretaria da Mulher e Direitos Humanos – SEMASDH. As informações desses possíveis contatos foram coletadas na internet. Não mais se via Warao transitando na cidade e muito menos na rodoviária. Dirigimo-nos até a secretaria na manhã do dia 02 de agosto e fomos recebidos pela vice-secretária daquela secretaria e por uma

assistente social. Informamos do trabalho de pesquisa para elaboração da minha dissertação e elas deram as indicações do que deveríamos fazer para termos acesso ao abrigo e os Warao: Encaminhar pedido formal ao Secretário da SEMASDH anexando projeto de pesquisa, protocolo do registro do projeto no comitê de ética em pesquisa e formulário de termo de consentimento livre esclarecido. Não obstante, elas prestaram todas as informações preliminares e se mostraram interessadas em promovermos um intercâmbio com a UFRR e acesso ao trabalho que está sendo feito aqui, não só com os Warao, como também com os venezuelanos não índios. Lá conhecemos uma antropóloga que trabalhava com o abrigo criado no Pará e anotamos os contatos para um trabalho em conjunto.

Encaminhamos pelo correio todo o material para permissão do acesso aos abrigos de Manaus/AM e, posteriormente, recebemos permissão de acesso. Viajamos mais uma vez para Manaus/AM e mantivemos mais informações na SEMASDH, onde ficaram de indicar uma assistente social para nos acompanhar em uma visita a um dos abrigos, o que não veio a acontecer. Naquela tarde, segundo percebemos e depois confirmado, uma criança tinha falecido e os Warao queriam que ela fosse removida. Ficamos esperando uma ligação numa sexta e, como não aconteceu, resolvemos visitar o abrigo no dia seguinte. Lá, encontramos alguns Warao que já estavam de saída e outros que se encontravam na varanda tomando café. O abrigo é um casarão antigo, completamente fora dos padrões de moradia tradicional dos Warao. Conversamos com eles no portão e nos informaram que o chefe já tinha saído e só ele autorizava nossa entrada como também as informações que estávamos buscando. Ficamos então de voltar, mas isso não seria possível, pois estávamos de viagem marcada para o outro dia. Entendemos que cedo eles vão perambular pelo centro da cidade, vendendo artesanato ou mendigando nas ruas centrais de Manaus/AM.

Ainda nessa viagem, quando desembarcamos na rodoviária de Manaus/AM, observamos que o número de Warao no entorno e embaixo do viaduto era grande e resolvemos fazer um contato antes de partirmos para o hotel. Já era outro grupo de Warao que se instalara no viaduto da rodoviária. Pedimos para entrevistar o responsável pelo grupo que logo se aproximou e nos reportamos sobre o objetivo da nossa abordagem. Ele então marcou um encontro para o dia seguinte e pediu para que levássemos um rancho². Na sexta feira voltamos para a rodoviária num dia chuvoso, antes passamos no escritório da Associação Comunidade Waimiri Atroari – ACWA sita a pouco menos de 1km da rodoviária. Meu

² Termo que regionalmente denominamos para designar em Roraima compra de gênero alimentício para um determinado período. Acreditamos que o Warao tenha se apropriado todo para dialogar com os não indígenas dessa região.

orientador coordena um projeto de extensão com os indígenas Waimiri Atroari e tinha marcado um encontro cedo com o coordenador da associação. Aproveitamos para conhecer a ACWA. Seguimos para a rodoviária a pé e antes passamos num supermercado para comprar o rancho. Lá chegando, convidamos nosso interlocutor para realizar nossa entrevista numa lanchonete situada na saída da rodoviária e assim obtivemos mais informações sobre o grupo. O nosso trabalho de campo parou em razão do início do cumprimento de disciplinas do curso durante o segundo semestre de 2017 e primeiro de 2018, o qual foi retomado no segundo semestre de 2018. Realizamos outra visita ao abrigo em Boa Vista/RR, ao considerar que as notícias trazidas davam conta de que agora os abrigados estavam também assistidos pelo Exército Brasileiro, pelas ONGs Fraternidade – Federação Humanitária Internacional e Agencia da Organização das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR³. O Exército passou a atuar nas ações de acolhimento a partir de março de 2018, conforme delegação do governo federal, através do Ministério da Defesa, passando a coordenar a execução de toda a política de atenção à migração em Roraima, tanto no âmbito da logística como na administração dos abrigos.

O campo foi realizado num sábado à tarde, aproveitando a feirinha de artesanato dos Warao que se instalara naquele local. Tivemos a oportunidade de observar as mudanças na estrutura, nas formas de acolhimento e tivemos como interlocutora uma voluntária da ONG Fraternidade e Agencia da ONU para Refugiados - ACNUR e ainda conversamos com uma família Warao que produzia e vendia artesanato no local.

Nosso trabalho etnográfico não pode se configurar como uma travessia de um deslocamento para um lugar exótico, distante e de longos períodos de permanência no campo. Ele foi realizado com idas aos lócus da pesquisa de forma alternada. Realizamos pesquisa de campo no centro urbano e abrigo de Pacaraima, nas ruas centrais da cidade de Boa Vista/RR, no abrigo da Pintolândia e do Jóquei Clube, em Manaus/AM na rodoviária e Secretaria da Mulher e Direitos Humanos – SEMASDH. O recorte temporal da pesquisa compreende o período de 2016 até 2019. O trabalho se configura numa metodologia qualitativa, no entanto utilizamos dados quantitativos secundários coletados de diversos relatórios que tivemos acesso sobre os Warao. Também usamos recursos fotográficos como forma de uma compreensão maior das informações trazidas no trabalho. A coleta de dados com os nossos

³ ACNUR, a Agência da ONU para Refugiados, foi criado em dezembro de 1950 por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. Iniciou suas atividades em janeiro de 1951, com um mandato inicial de três anos para reassentar refugiados europeus que estavam sem lar após a Segunda Guerra Mundial. Seu trabalho tem como base a Convenção de 1951 da ONU sobre Refugiados. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/historico/>

interlocutores foi através de entrevistas abertas e mais numa perspectiva de narrativas sobre história de vida.

A dissertação não reserva um capítulo exclusivo para discussões teóricas pertinentes ao nosso objeto de pesquisa e situações observadas, pois optamos em trazê-las ao longo do texto, tentando realizar conexões e interpretações com o material empírico coletado, mas ressaltando que nosso olhar já era realizado a luz de categorias conceituais inerentes à nossa ciência. A estrutura da dissertação está construída em três capítulos, no primeiro trata da caminhada dos Warao e chagada no município de Pacaraima, situado na TI São Marcos. No segundo analisamos a situação das ocupações no centro da cidade e abrigo de acolhimento. E, no último, analisamos o abrigo de Boa Vista/RR, Manaus/AM e a dispersão em processo pelas cidades do Norte e Nordeste do Brasil.

CAPÍTULO I

Da Venezuela ao Brasil: a rota dos índios Warao

1.1 Os Warao: A longa caminhada em direção ao território brasileiro

Nossa pesquisa bibliográfica sobre os Warao permitiu obtermos informações etnográficas registradas nos trabalhos de autores como Castro-Garcia, Heinen, José Díaz Diego, Gerulewicz, Wilbert e Lafée-Wilbert.

De acordo com Castro (2000), o censo de 1992 estimava uma população de 30.000 índios. Segundo Ramos et all (apud GARCIA CASTRO & HEINENH, 1999), no parecer técnico elaborado pelos peritos do Ministério Público Federal⁴, estima-se uma população de 49.000 Warao espalhada em diversas comunidades na região caribenha do delta do Rio Orinoco.

Os Warao são oriundos da República Bolivariana da Venezuela, mais especificamente como nos informa Castro-Garcia e Heinen (2000):

Los Warao, habitantes milenarios del delta del Orinoco, en Venezuela, ocupan una extensa área que no sólo abarca el estuario de este río, sino que se extiende por la región nororiental del estado Monagas, suroriental de Sucre, nororiental de Bolívar y la región suroriental del estado Delta Amacuro, traspasando al sureste los límites con la república de Guyana (CASTRO-GARCIA e HEINEN, 2000, p. 1).

Lafée-Wilbert y Wilbert (2012) registra que a antiguidade dos Warao no Delta del Orinoco pode ser apontada a partir de dois pontos; o primeiro de que seus antepassados chegaram ao Delta caminhando desde a ilha de Trindade, durante um período em que havia uma ponte entre a ilha e o continente. A segunda de que as fontes arqueológicas demonstram a presença humana na região de Paria desde os 8.000-7.000 anos atrás.

Warao significa “gente de canoa” (wa: embarcación; arao: gente, habitante) e, segundo Díaz Diego (2008), o grupo já foi conhecido como Guaraúnos: “los Warao fueron conocidos en la literatura histórica y antropológica de los siglos XVI-XX como Guaraúnos” (WILBERT; LAFÉE-WILBERT, 2007, p. 333).

Na descrição feita por Gerulewicz (2013, p.43), os Warao não são altos, porém têm corpos harmoniosos e bem formados, ombros fortes, costas largas, mãos e pés de tamanhos regulares, rostos com maçãs altas, olhos oblíquos e brilhantes, pele de cor bronze claro,

⁴ RAMOS, Luciana, BOTELHO, Emília et TARRAGÓ, Eduardo. Parecer Técnico/SEAP/6ª CCR/PFDC, nº 208/2017.

cabelo negro escuro lustroso e abundante, rostos expressivos, olhar penetrante, o nariz, especialmente nos homens, bastante pronunciado (tradução nossa).

A autora também escreve que eles só se pintam em ocasiões especiais, como festas e bailes nas quais também usam máscaras e que as mulheres usam vestidos largos de tecidos coloridos, colares de penas e sementes de várias voltas. As crianças, por sua vez, andam nuas, exibem uma nudez completa, inocente e alegre e todos os indígenas andam descalços (GERULEWIEZ 2013, p.44). Para Lafée-Wilberg et Wilberg (2008), a situação da mulher Warao mudou muito pouco através da história, exceção de algumas conquistas na década de 1995-2004, onde se reconheceu, com muito esforço, o trabalho que elas realizam, no entanto, continuam com a mesma vida penúria e marginalização, como seus antepassados, desde que os criollos⁵ passaram a fazer parte do seu mundo. Para os autores, a dependência em relação à economia nacional, desestruturou a unidade doméstica tradicional do povo Warao. Outra consequência teria sido a perda da mulher Warao do poder administrativo sobre a distribuição de recursos e elas passaram a depender dos homens para seu sustento familiar. Concluindo os autores, acrescentam que o status e o papel da mulher começaram a se desintegrar na estrutural social tradicional da sociedade Warao,

Quanto à cultura dos Warao, Castro-Garcia (2000) escreve que são pescadores e coletores, no entanto, há mais de 70 anos tornaram-se também horticultores, cujas comunidades palafitas e as atividades de subsistência se situam tradicionalmente nas zonas ribeirinhas (fluvial/marítimas) e úmidas, tais como: os pântanos, os mangues e as partes inundadas do deltaico. No entanto, a economia sempre esteve voltada para a pesca. Conforme Lafée-Wilbert e Wilbert: “La pesca en los herbazales y bosques anegadizos se realizaba con las manos, cañas sin anzuelos, totumas, cercas, barbasco, estacas, arpones y cestas. La caza dependía del arco y flecha especializada, lanzas y perros.” (LAFÉE-WILBERT e WILBERT, 2008, p.47).

Nos estudos realizados por Castro-Garcia e Heinen (2000), é possível asseverar que já houve algumas diferenças entre os grupos Warao:

Según la terminología aborígen, dentro de la perspectiva de los habitantes actuales, existiría un grupo que se considera a sí mismo como el prototipo representativo de la etnia; éstos son los habitantes del Delta Central, tierra de marismas y ciénagas, pescadores, cazadores y morichaleros y de vida trashumante entre los morichales y las riberas de los caños. actualmente ocupan el Delta del Orinoco dos tipos de habitantes: los Hotarao (*hota arao*), es decir, "habitantes de tierra alta" y los Warao

⁵ Termo utilizado pelos Warao para designar os venezuelanos não índios. O termo tem sua origem no fato de considerar que se trata de uma categoria descendente de espanhóis nascidos na América ao contrário dos indígenas. A partir da agora adotaremos essa terminologia.

(*waha arao*), "habitantes de tierra baja" es decir, inundable, de marismas (CASTRO-GARCIA e HEINEN, 2000, p. 1).

As diferenças estavam relacionadas aos modos de vida de cada grupo relacionados às regiões que habitavam. Na cosmovisão dos Warao, o mundo material tem forma circular e está dividido em quatro quadrantes:

Los puntos cardinales de este mundo están dados por las circunstancias en las que se desenvuelve el Héroe mítico *Haburi* ("ser errante") en su periplo en canoa desde su lugar de origen hasta su destino final y el regreso desde aquí de la embarcación, convertida en *Dauarani*, "Guardiana o Madre de los árboles". Al Norte, estaría el cerro *Naparima* (*anabarima*), en Trinidad; al Sur, el cerro *Wacarima* (*wahacarima*), en la tierra firme venezolana, que nosotros identificamos como la Altiplanicie de Nuria, en la Sierra de Imataca [...].

Las cuatro divisiones resultantes de esta intersección aparecen en los mitos habitadas por sendos grupos Warao: el sector Noroccidental es el que corresponde a los perros de agua (la nutria), pescadores y morichaleros, fabricantes de canoas; al Noreste están los habitantes de las marismas y pantanos, recolectores y pescadores (que más tarde, según su tradición oral, obtendrán de los anteriores el "secreto" de la extracción de la fécula de moriche y de la fabricación de canoas). En el cuadrante Suroccidental está el país de *Wauta*, la rana arbórea, habitado por morichaleros, cultivadores de yuca (*Manihot esculenta*) y de maíz (*Zea mays*); finalmente, al Sureste está la tierra del *pecari* (báquira), de cazadores y pescadores, quienes, siempre según las versiones míticas, obtendrán también a su vez el "secreto del moriche", mediante su casamiento con "mujeres nutria" (op. cit, 2000, p. 2, 3).

Castro-Garcia e Heinen (2000) chegam a afirmar que através dos estudos de documentos, relatos e versões sobre os Warao, as diferenças eram pontuais entre os grupos que habitavam cada região deltaica. Podemos verificar também que entre as muitas coisas em comum estavam a sobrevivência através da pesca, caça, construção de canoas e a coleta do buriti e uso do buritizeiro para extrair a fécula e usar suas fibras para fabricação de artesanatos.

As casas dos Warao são construídas ou pelo menos eram construídas sobre as águas, são as chamadas palafitas, paralelas ao rio, uma ao lado da outra, unidas por pontes construídas de troncos de árvores (GERULEWIEZ 2013, p. 69). Castro-Garcia e Heinen (2013) também trazem informações sobre as construções de casas. Segundo eles, para construir uma casa utilizam pilares que ficam no mangue em solo lamacento Del cano, permitindo que as águas do rio, durante as horas da maré alta, não passem por cima do nível do piso.



Foto: Alvaro Garcia-Castro

Por outro lado, havia diferenças nas construções das casas, dependendo do local onde elas eram erguidas. A descrição acima se refere às casas construídas nas margens dos rios, havendo outros tipos de construções nas áreas de terra firme, conforme observa Castro-Garcia e Heinen (2013).



Foto: Alvaro García-Castro.

As imagens postadas servem para notarmos as diferenças nas construções das casas, dependendo do terreno em que eram construídas.

Quanto às disposições das casas, recorremos ao trabalho realizado por José Díaz Diego. Nessa obra, o autor analisa os textos de Turrado⁶, não obstante a crítica ao etnocentrismo descrito nos textos do missionário católico, Díaz Diego (2008) reconhece o grande valor antropológico dos mesmos, descrevendo a vida dos índios guaraúnos (Warao) no século XVIII (DÍAZ DIEGO, 2008, p. 155).

No texto de Turrado, reproduzido por Díaz Diego, podemos verificar como era distribuídas as construções das casas:

Janokosebe significa reunión de casas y da nombre a las aldeas guaraúnas. Cada janokosebe constaba de 5 a 15 casas de familias todas emparentadas entre sí. Existían además dos maneras distintas de distribuir u organizar el janokosebe. Por un lado se podía observar una organización en janoko-era y por otro en janoko isaka-güitu. La distribución en janoko-era correspondía a aldeas donde cada padre de familia disponía de una casa individual. En la distribución alternativa, la janoko isaka-güitu, prevalecían casas en las que vivían varias unidades familiares entendidas como tal cada uno de los padres de familia con su prole. Estas unidades familiares estaban íntimamente emparentadas, siendo la mayor autoridad el padre de familia más anciano. En las janokos isaka-güitu coexistían tanto propiedad familiar como propiedad colectiva. Por ejemplo, caza, pescado y gusanos eran compartidos mientras que el resto de la despensa y el fuego eran exclusividad de cada familia (TURRADO, 1945, p. 54). En todo janokosebe, a parte las casas de los indios existían otras edificaciones o janokoraisas, cada una con su función: jebu a janoko (santuario del dios Jebu), ibomanako o neibomanoko (casa situada entre la maleza y alejada de la aldea donde las mujeres se retiraban a pasar su periodo menstrual) y dijaguaranoko (casa, también alejada de la aldea, donde las mujeres iban a dar a luz, y en la que pasaban alrededor de una semana tras el alumbramiento) (TURRADO, 1945, p. 55-56). La casa del indio guaraúno o guarao-tuma, en la que pasaba la mayor parte del día, y no muy distinto en su construcción el templo y los locales de menstruación y alumbramiento, tenían unos seis o siete metros de largo por unos cuatro de ancho (algo más grandes las janokos isaka-güitu), sin paredes ni habitaciones ni puertas ni ventanas, y sin división alguna, “apenas con el chamizo, que les cubre, cumpliendo las funciones de techo” (TURRADO, 1945, p. 56). A diferencia de las otras edificaciones, las guarao-tuma estaban siempre situadas en alto. Sobre algún montículo de tierra o sobre pilotes de madera, las casas de los indios se elevaban construidas siempre cerca del río. Las riberas se convertían no sólo en las principales vías de comunicación y plazas de alimentación sino también y principalmente en los locus sociales, en el espacio culturalmente habitable (DÍAZ DIEGO apud TURRADO, 2008, p. 157, 158).

Analisando as informações de Turrado, podemos afirmar que as casas do Warao eram construídas dentro de uma perspectiva cosmológica, assim como de outras etnias indígenas retratadas no trabalho de Almeida & Yamashita (2013). Os autores descrevem, entre elas, a grande maloca Tukâno, construída sempre no local de rio, atendendo a uma simbologia onde a natureza e homens se entrelaçam: “Esse espaço é dividido em três partes: o de rio acima,

⁶ Ángel Gaspar Turrado Moreno nació en Pinilla de la Valdería (León, España), en el año 1903. Después de ingresar en la orden franciscana de Hermanos Menores Capuchinos y estudiar teología en los seminarios de Bilbao y León, se ordenó sacerdote y se fue de misionero a Venezuela, donde llegó en 1931 (DÍAZ DIEGO, 2008, p. 153).

designado como lugar dos homens; o de rio abaixo, lugar das mulheres. E, ainda, um lugar intermediário, frequentado tanto por homens como mulheres, onde podem ter lugar relações sexuais” (ALMEIDA & YAMASHITA, 2013, p.20). Dessa forma, a casa Tukâno representa uma simbologia mediadora entre o corpo, o grupo e o cosmo.

Além das disposições das casas, o relato acima descreve como eram as configurações das aldeias Warao, o cotidiano dos índios e a utilidade de cada tipo de casa. Essas informações contribuem ainda para observarmos que havia diferentes classificações dos grupos quanto a suas localizações e algumas diferenças nas construções e disposições das casas.



Foto: Alvaro García-Castro. Hanoko de los Warao del Alto Delta, construido con horcones de mangle en tierra firme, suelo de tierra y con techo de morchiche; al fondo, la ibomanako o casa de menstruación.

Como podemos constatar, os Warao construíam embarcações, eram excelentes navegadores e conhecedores do Delta do Orinoco, além de desenvolver técnica para o manejo dos morichales/buritizais para extração da fécula. Eles enfrentaram impactos ambientais e sociais ocorridos ao longo dos séculos. Dentre os impactos sofridos pelos Warao em seu território, estão os provocados pelas atividades de várias empresas petroleiras, as quais deixaram como consequências a contaminação dos rios, destruição dos manguezais, provocando então a diminuição dos recursos pesqueiros. Segundo estudos realizados, essas atividades foram responsáveis pelos danos ambientais, criando dificuldades de acesso aos recursos naturais, enfim causando impactos nos territoriais ocupados pelos indígenas (WILBERT; LAFÉE-WILBERT, 2007, p. 334).

Entre os projetos que causaram impactos nas TIs⁷ dos Warao registram-se as atividades das indústrias madeireiras, plantações de arroz e indústrias alimentícias na região de Winikina, no município de Antonio Dias e Tucupita, áreas das quais partiram a maior parte

⁷ Terras Indígenas

dos grupos que vieram para o Brasil. A construção da estrada construída nos anos de 1960, estimulou tais atividades. A estrada ligou as cidades de Maturín, Barrancas e Tucupita (op. cit, 2007, p. 334), viabilizada devido à construção da barragem no canal Manamo⁸ em 1965, que, por sua vez, provocou a salinação das terras dos Warao, haja vista os tubos não escoarem suficientemente água doce (CASTRO-GARCIA e HEINEN, 2000, p. 14).

Se por um lado os indígenas conseguiram trabalho nas plantações de arroz, a extração de madeira em 1988 teve uma queda em cerca de 60%, provocando o desemprego dos indígenas que tinham se alocados nessa atividade. Não obstante todos esses problemas socioeconômicos, a Venezuela enfrentou uma epidemia de cólera nos anos 1990, causando a morte de vários Warao (LAFÉE-WILBERT, 2008).

Os impactos ambientais e socioeconômicos descritos nos ajudam a entender a vinda dos Warao para o Brasil. Para Ventura (2018) a retração das políticas públicas nos últimos anos, nas áreas de saúde e educação “nas comunidades – implementadas pelo Estado venezuelano, sobretudo na década de 2.000 – ampliou o campo de dificuldades, e uma parte do povo Warao optou por novas estratégias de mobilidade que os conduziram, neste caso, para o Brasil” (VENTIRA, 2018, p.20).

Para Soneghetti (2017)⁹, a crise foi marcada pela queda nos preços do petróleo, conseqüentemente:

(...) baixa produção econômica, altos níveis de desemprego, desvalorização da moeda e hiperinflação, ocasionou perdas de programas sociais e redução de seus valores, bem como a escassez de bens alimentícios e a dificuldade de acesso a eles, potencializando os fluxos migratórios dos Warao para as zonas urbanas de países vizinhos, como é o caso do Brasil. Na atual conjuntura econômica venezuelana, o deslocamento de indígenas Warao para as cidades brasileiras é motivado fundamentalmente pela busca de alimentos, trabalho fixo ou temporário e dinheiro, além de acesso a saúde (SONEGHETTI, 2017, p.8).

O caminho em direção ao Brasil, através do Estado de Roraima, levou-nos a perguntar quem são esses indígenas? De onde vieram? O que os motivou a migrarem para cá? Quais os caminhos percorridos por eles? Esses e outros questionamentos é que serviram para nortear e desenvolver este trabalho, buscando traçar a diáspora dos Warao no território brasileiro.

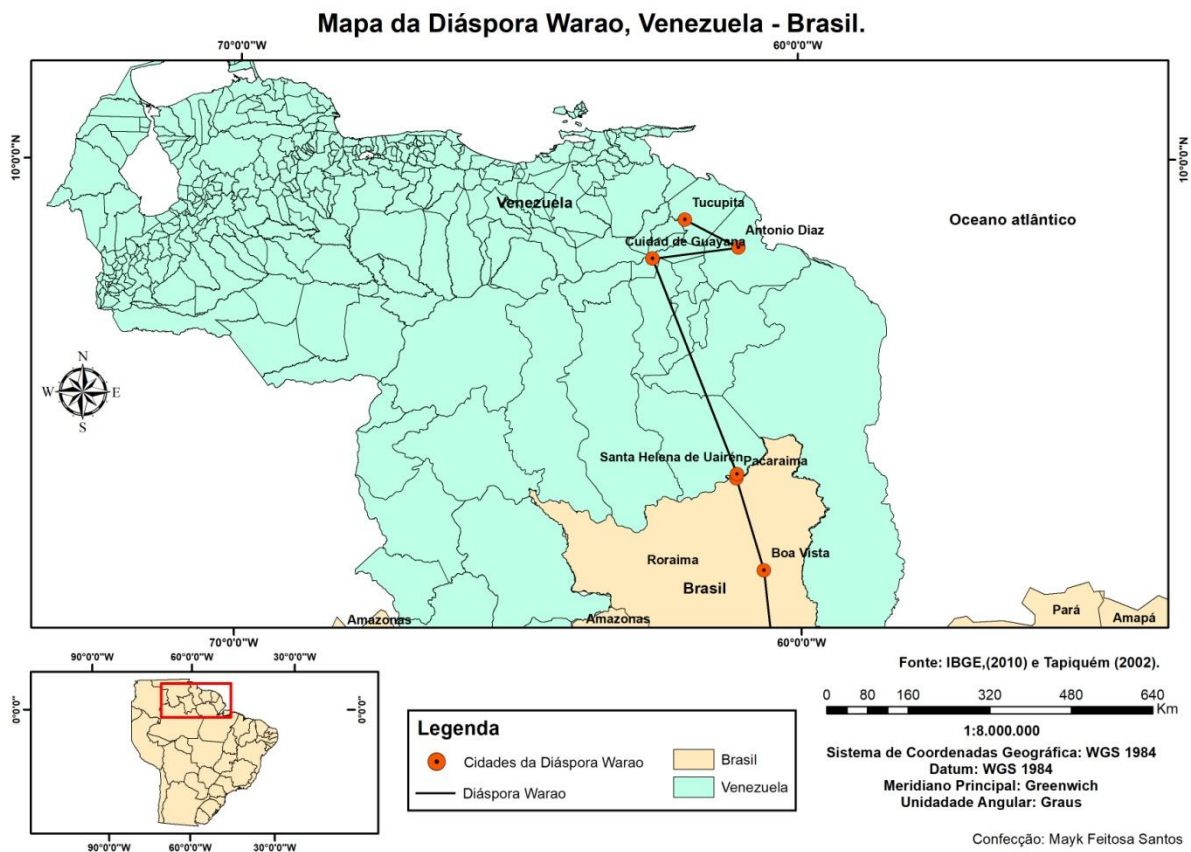
⁸Consistía en un sistema de diques de 172Km de longitud que impidieron que las aguas del Orinoco, a través de los caños *Manamo*, Pedernales, Cocuina y Tucupita, inundasen las islas de Guara, Manamito y Cocuina durante los meses de Mayo a Octubre, protegiendo parcialmente las islas de Tucupita y Macareo (CASTRO-GARCIA e HEINEN, 2000, p. 12)

⁹ Perícia demandada pela Procuradoria Geral da República do Estado do Amazonas acerca da situação dos indígenas da etnia Warao na cidade de Manaus, provenientes da região do delta do Orinoco, na Venezuela.

Motivados pela crise política e econômica de seu país de origem, os Warao se deslocaram de sua região de origem, do Delta do Orinoco, na República Bolivariana da Venezuela, para o Brasil, entrando pelo município de Pacaraima, cidade fronteiriça com a cidade venezuelana de Santa Elena do Uairén. A chegada dos índios da etnia Warao no Brasil foi um fenômeno considerado novo, pelo fato desse grupo étnico não viver na região fronteiriça com o estado brasileiro.

Os Warao seguiram uma rota de cerca de 930 km, partindo do Estado de Delta Amaruco, na Venezuela, passando pelas cidades de San Felix, Puerto Ordaz e chegando à cidade fronteiriça de Santa Elena do Uairén. Daí eles atravessam a fronteira para o lado brasileiro, passando ou se fixando em Pacaraima/RR. Eles chegaram à capital de Boa Vista/RR pela BR 174 e uma parte dessa população seguiu para a cidade de Manaus/AM, seguindo a rota da mesma BR. De Manaus uma parcela do grupo seguiu para Belém, Santarém/PA, Altamira/PA, Jacareacanga/PA (Aldeia Karapanatuba, TI Mundurukânia). Recentemente, tivemos informações que chegaram às capitais do nordeste, Teresina/PI, São Luís do Maranhão/MA, Fortaleza/CE e Natal/RN.

O mapa abaixo traça uma das rotas dos Warao em direção ao Brasil



Mapa confeccionado por: Mayk Feitosa Santos

Quando estávamos participando de um projeto, em julho desse ano, no Núcleo de Apoio Waimiri Atroari – NAWA, dentro da TI Waimiri Atroari na BR 174, fomos informados que por diversas vezes os administradores do NAWA agilizaram a passagem nesse trecho, cerca de 120 km, haja vista o receio de transmitirem doenças aos Kinja¹⁰, etnia onde a maioria vive com pouco contato.

Soneghetti (2017) registra no relatório pericial já citado que os Warao chegaram ao estado de Roraima em 2014 num grupo pequeno, mas que em 2016 já eram numerosos os grupos de Warao na cidade de Pacaraima. De acordo com o perito, entre esse período a Polícia Federal (PF) tinha empreendido uma série de deportações de indígenas venezuelanos nas cidades de Boa Vista e Pacaraima. Continuando o perito:

No dia 9 de dezembro de 2016, a Polícia Federal iniciou os procedimentos para deportação de 45° indígenas venezuelanos que estavam em Boa Vista. No entanto essa ação foi interrompida por ação judicial proposta pela Defensoria Pública da União em Roraima. Em 27 de dezembro de 2016, a Defesa Civil realizou a transferência de 250 indígenas Warao para o ginásio do Governo estadual no bairro Pintolândia, Zona Oeste de Boa Vista, utilizando-o como abrigo (SONEGHETTI, 2017, p.9).

Na mesma decisão proferida pela 1ª Vara da Infância e da Juventude¹¹, obrigou o Estado de Roraima a fornecer alimento e atendimento aos venezuelanos em situação de vulnerabilidade, e o abrigo passou a denominar-se Centro de Referência ao Imigrante (CRI).

Por outro lado, o abrigo apresentava uma série de problemas: condições precárias de saneamento, proliferação de insetos, acomodação conjunta de índios e criollos, o que acarretou muitos conflitos, entre outros.

Ventura (2014) também registra que as primeiras famílias Warao chegaram ao Brasil em 2014 e que hoje se estima que 3 mil indígenas chegaram ao Brasil em grupos familiares. A autora afirma que em decorrência da dinâmica dos Warao de ir-e-vir entre seus territórios originários na Venezuela, o mesmo estaria acontecendo no Brasil, ou seja, mantendo essa característica de mobilidade entre o país de origem e de destino. Por sua vez, observamos que apenas os aidamos¹² estão realizando essa travessia e na medida em que os Warao se distanciam, essa mobilidade está deixando de existir. Nossos interlocutores expressaram o desejo de não retornar tão cedo, outros nem cogitaram essa possibilidade.

¹⁰ Termo de autodenominação dos Waimiri Atroari.

¹¹ O Juiz da Primeira Vara da Infância e Juventude, na época, tomou essa decisão haja vista o grande número de denúncias de crianças que se encontravam nas ruas de Boa Vista/RR

¹² Termo que os Warao utilizam para designar o chefe do grupo, semelhante ao de cacique ou tuchaua.

Portanto, eles estão se dispersando no território brasileiro através da fronteira Brasil e Venezuela. E, nesse caso, não se trata do mesmo fenômeno experimentado pelos índios Macuxi, Wapixana e Taurepang que tradicionalmente viviam em áreas fronteiriças e mesmo depois da criação dos estados nacionais, continuaram considerando um território único. A fronteira em epigrafe para os Warao é apenas uma passagem, não obstante se fixaram temporariamente no abrigo de Pacaraima. Em verdade, historicamente não viveram nesse espaço dividido pelas linhas fronteiriças.

A noção de territorialidade para os Warao nesse novo espaço, agora ocupado, não pode ser compreendido como, essencialmente um regulador da estrutura organizacional do grupo. É um território estranho, difuso, onde princípios sociais se desgarraram. Não foi nossa intenção captar essa noção de território a partir dos interlocutores, no caso os Warao. Mas, é pertinente observar que não é aqui que se localizam os pontos específicos de estrutura social Warao. Vejamos como Pacheco de Oliveira (1998, p. 54) interpreta essas dimensões:

Cabe recordar que a noção de território não é de maneira alguma nova na antropologia, sendo utilizada por Morgan (1973) como critério para distinguir as formas de governo (*societas* e *civitas*, baseadas, respectivamente, nos grupos de parentesco ou no território e na propriedade), e retomada com a mesma função por Fortes e Evans-Pritchard (1975) na classificação dos sistemas políticos africanos. Em um artigo posterior, Bohanan (1967) fornece uma grande quantidade de exemplos em que os princípios ordenadores de uma sociedade estão localizados em um ponto específico da estrutura social — o sistema de linhagem, as classes de idade, a organização militar, o sistema ritual, as formações religiosas —, sem que as ações sociais possuam qualquer conexão mais significativa com alguma base territorial fixa. À diferença dessas, outras sociedades apresentam uma tendência a constituir formações estatais (ainda que rudimentares) e costumam tomar o território como um fator regulador das relações entre os seus membros.

Ao considerar o processo de reconhecimento de territórios indígenas, é salutar o que diz Carreira (2008) quanto ao papel do antropólogo, ou seja, de responder quais seriam os critérios que norteiam a escolha dos limites territoriais, ao analisar o quanto aquele território está relacionado ao conjunto de práticas, crenças, conhecimentos e sentimentos imprescindíveis à reprodução social e cultural da comunidade indígena em estudo. Esses fatores norteadores não estão no local de destino dos Warao e coloca em jogo a própria sobrevivência deles.

Na mesma linha de raciocínio, Oliveira (1998, p. 289) acrescenta que nesse processo as representações sobre o território devem ser investigadas em todas as dimensões e repercussões e conclui: “[...] isso atingindo não só o domínio do sagrado (onde entram as

relações com os mortos, as divindades e os poderes personalizados na natureza), mas também as classificações sobre o meio ambiente e suas diferentes formas de uso e apropriação [...]”.

É dentro dessa perspectiva que o autor formula a noção de territorialização e resume:

[...] a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA,1998, p. 55).

O autor entende que a proposta de território que um grupo indígena elabora não pode estar desvinculada de questões históricas, mas também das alterações sofridas ao longo dos anos, fenômeno próprio do dinamismo cultural. É dessa forma que se consubstancia a noção de territorialidade:

As propostas dos próprios índios mudam porque os interesses, as ideologias e as conjunturas também mudam, as práticas e representações de um grupo sobre o território (isto é, o que alguns chamam de territorialidade) não podendo ser avaliados senão dentro de um preciso contexto situacional (op.cit. 1998, p.292).

Assim como no Brasil, a Constituição Venezuelana reconhece a propriedade coletiva das terras indígenas, de direito originário decorrente da ocupação ancestral e tradicional. Também estabelece que o aproveitamento dos recursos naturais de suas terras dependerá de prévia consulta às comunidades indígenas interessadas, caso não haja lesão à integridade cultural. Para Barreto (2003), o dispositivo que trata dos direitos dos indígenas na Venezuela se reveste de caráter mais protetivo do que no Brasil. Isso coloca um impasse, haja vista que não temos elementos para analisar o que realmente ocorreu. No entanto, os projetos implantados que provocaram impactos no território dos Warao foram anteriores ao reconhecimento desses direitos.

A Constituição da República Bolivariana da Venezuela foi alterada quando o ex-Tenente-Coronel do Exército Venezuelano, Hugo Rafael Chávez Frías iniciou a organização do Movimiento Quinta República (MVR), inspirado em: Simón Bolívar, o libertador da América, e Fidel Castro, líder da Revolução Cubana. Tinha como pretensão formar um movimento de massas e promover ampla reestruturação no país vizinho (SANTOS, s/d).

Logo ao assumir a presidência da República Bolivariana da Venezuela, Chávez convocou a assembleia nacional constituinte, a qual foi aprovada posteriormente por referendo popular. Em se tratando dos direitos indígenas venezuelanos, como podemos verificar nos artigos 119 e 125, citados abaixo:

Artículo 119. El Estado reconocerá la existencia de los pueblos e comunidades indígenas, su organización social, política y económica, sus culturas, usos y costumbres, idiomas y religiones, así como su hábitat y derechos originarios sobre las tierras que ancestral y tradicionalmente ocupan y que son necesarias para desarrollar y garantizar sus formas de vida. Corresponderá al Ejecutivo Nacional, con la participación de los pueblos indígenas, demarcar y organizar

El derecho de la propiedad colectiva de sus tierras, las cuales serán inalienables, imprescriptibles, inembargables e intransferibles de acuerdo con lo establecido en esta Constitución y la ley.

Artículo 125. Los pueblos indígenas tienen derecho a la participación política. El Estado garantizará la representación indígena en la Asamblea Nacional y en los cuerpos deliberantes de las entidades federales y locales con población indígena, conforme a la ley.

Os mesmos estabelecem a proteção à propriedade coletiva de suas terras, a participação no Parlamento e tutela judicial própria, contanto que não se coloque contra a própria Constituição Venezuelana. Quanto à tutela jurisdicional, podemos destacar o que Bello comenta a esse respeito:

[...] a Constituição da Venezuela de 1999 inovou ao instituir (art. 260) a possibilidade de criação de 'instancias de justiça' pelas autoridades dos povos indígenas, seus únicos destinatários. Tais instâncias aplicarão normas e procedimentos próprios dos povos indígenas, baseados em suas tradições ancestrais, no limite do que não contrariar a Constituição, a lei e a ordem pública (2012, p.105).

A jurisdição indígena fica submissa à Constituição, à lei e à ordem pública. Ainda conforme Bello:

Incidirá o controle de constitucionalidade, exercido pelo Tribunal Supremo de Justiça, em relação às normas e aos procedimentos instituídos pelos povos indígenas, bem como acerca das decisões proferidas pela instância de justiça indígena. O art. 260 dispõe que lei futura determinará a coordenação entre a jurisdição especial indígena e o 'sistema judicial nacional'. Reconhece-se a autonomia, mas não a independência da jurisdição indígena (BELLO, 2012, p.105).

A Constituição Venezuelana inova ao pôr em sua carta magna a participação dos representantes indígenas e o respeito ao meio ambiente. Enquanto que no Brasil, não está prevista representação indígena no parlamento e tão pouco na composição da tutela jurisdicional, mesmo o Brasil sendo signatário da Convenção 169, da Organização Internacional de Trabalho, de 1989, na qual através do Decreto nº 5.051/2004, prevê autonomia de decisão, autogoverno e controle sobre seus territórios e direito de representação política.

A Constituição do Brasil assegurou aos povos indígenas do Brasil o respeito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Ela reconheceu o direito dos índios

no Brasil, a sua diferença, quer dizer: de serem índios e de permanecerem como tal indefinidamente. É o que reza o caput do artigo 231 da Constituição: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Ao referir-se a Constituição Federal de 1988, Bello (2012, p.94) aponta que, “nossa Carta trouxe diversos avanços, mas manteve o modelo do estado etnocêntrico e passivo de cidadania, com pouca abertura para o multiculturalismo delgado e não reconheceu o pluralismo jurídico”, o autor ainda comenta que nossa carta magna continuou a seguir o tradicional modelo europeu, isto é, “a Constituição manteve a classificação tradicional do constitucionalismo europeu (direitos civis, políticos e sociais) e agregou alguns direitos difusos (relativos ao meio ambiente e aos consumidores), reconhecendo a teoria da geração de direitos” (BELLO, 2012, p.94).

Quanto aos Warao, como já frisamos, não dispomos de elementos para inferir as razões da não garantia dos direitos constitucionais desse povo que pode ter culminado com a diáspora que ora analisamos. Os Warao saíram de seus territórios, atravessaram a fronteira física, cultural e social, até chegar ao território brasileiro. Fronteira física determinada por uma linha imaginária, muitas vezes demarcadas por marcos fronteiroço, cujos estados, nações utilizam para demarcarem seus territórios, fronteiras culturais e sociais, onde as culturas se chocam e os indivíduos reconhecem seus semelhantes e excluem seus diferentes, fortalecendo assim suas identidades étnicas.

Esse fato nos remete à concepção de Barth (1998) de identidade étnica, enquanto apreendida de forma processual que sempre se afirma diante de novas conjunturas. Os grupos têm usado a identidade étnica para categorizar a si mesma e os outros, interagindo, discutindo e se autorreconhecendo como iguais. Nessa direção, Barth (1998) reforça que a identidade étnica se processa diante das relações sociais e que os elementos que promovem a distinção cultural ocorrem dentro das próprias relações interétnicas. Dessa forma, as diferenças são manifestadas pelos próprios atores, podendo ser física, linguística, alimentar ou qualquer outro traço que reforce a alteridade. Dessa forma, os Warao reconhecem as diferenças circunscritas também com os próprios compatriotas, no caso os criollos. Barth (2000), por sua vez, apreende os grupos étnicos como categorias vistas a partir da sua organização social e afirma:

(...) os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social. (...) Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente denominada por sua origem e seu meio ambiente. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com o objetivos de interação, eles formam grupos étnicos nesse sentido organizacional (BARTH, 2000, p.194)

É dessa forma que os Warao respondem a interação entre os brasileiros e os criollos. Os últimos, não obstante estarem na mesma condição de migrantes venezuelanos, são reconhecidos pelos Warao como o outro. Em nenhum momento do nosso trabalho de campo percebemos os criollos se referirem aos Warao como venezuelanos ou vice-versa.

Barth também entende que a formação de grupos étnicos resulta de acontecimentos baseados em um contraste cultural preestabelecido que promovem fronteiras étnicas mantidas por traços culturais. Por outro lado, essas características que demarcam fronteiras para o grupo étnico não são categorias fixas, portanto, passivas de mudanças, transformações e diálogos sem necessariamente ameaçar a solidariedade étnica.

Os Warao ao atravessarem as fronteiras podem ter passado pelo estado da liminarietà, a que Victor Turner (1920-1983) define como sendo uma condição transitória na qual os sujeitos encontram-se destituídos de suas posições sociais anteriores, ocupando um lugar indefinido no qual não é possível categorizá-los plenamente. Nesse caso, os Warao são indígenas? Imigrantes? Parentes dos índios que vivem no território brasileiro? Como classificá-los e como eles se definem?

Para as autoridades, a princípio, os Warao eram imigrantes, devendo ser tratados como tal. Por outro lado, organizações não governamentais como as Caritas e ACNUR os classificavam como indígenas e, enquanto vítimas da crise venezuelana, defendiam que o Estado teria que tratá-los como refugiados. Adiante abordaremos mais essa questão.

O certo é que a diáspora dos Warao ocorre recheada de novas facetas e que requer, provavelmente, novos arcabouços teóricos que nos permitam pensar o problema ora posto. Portanto, vamos analisar o fenômeno dos Warao em território brasileiro como uma diáspora e, no primeiro momento, nos apoiaremos no conceito de James Clifford e Stuart Hall. A diáspora para Clifford (1994) pressupõe longas distâncias e separações mais ou menos semelhantes a uma condição de exílio. Por sua vez, o processo diaspórico contempla tanto múltiplas comunicações como dispersa populações, fenômeno experimentado pelos Warao. Para o autor, não obstante a diáspora ter relação com outros termos, tais como, viagem, fronteira e migração, há uma diferenciação, haja vista que não se trata de uma “viagem” temporária, envolvendo comunidades estabelecidas longe de casa. Assim, não se trata de um

movimento transfronteiriço, ou seja, dois espaços arbitrariamente separados, vigiados e reconhecidos como espaço de práticas legais e ilegais de travessias e comunicações. A diáspora, conclui, significa distância e separação semelhante a um exílio. É também uma experiência de viver num lugar e lembrar de que é de outro lugar.

Já Hall quando escreve que dentro dos estudos culturais o termo se presta a dar conta especialmente dos fenômenos relativos a migrações humanas dos ex-países coloniais para as antigas metrópoles. Para Hall o conceito de diáspora é:

O conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um 'outro' e de uma oposição rígida entre o de dentro e o de fora. Porém as configurações sincretizadas da identidade cultural requerem a noção derridiana de *différance*, uma diferença que não funciona através dos binarismos, fronteiras veladas que separam finalmente, mas são também *places de passage* (lugares de passagem) e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim (HALL, 2003, p.33).

Levando em consideração este conceito, podemos verificar que a diáspora dos Warao vem ocorrendo ao longo do tempo, mesmo dentro de seu país de origem, já que o grupo foi sendo obrigado a se deslocar para grandes cidades, buscando novos meios de sobrevivência e estabelecendo novas relações com os criollos. Ao analisar o fenômeno de migração dos Warao, como já ressaltamos, entendemos que não se trata de um deslocamento numa faixa de fronteira, considerando antes um território único, como no caso dos Macuxi, Wapichana, Tauren pang, Yanomami e mesmo os Waimiri Atroari, esses últimos que ocupavam e ocupam um território que hoje faz parte de dois estados da federação. No caso das etnias citadas, podemos pensar em um território único ocupado em tempos “imemorais” que foram divididos numa linha de fronteira à revelia dos índios que nele ocupavam tradicionalmente. No caso dos Warao, estamos analisando uma etnia que ocupava um território a quase mil km da fronteira do Brasil sem mobilidade nessa nossa linha fronteira. Os Warao ocupavam o território que hoje é o Estado do Delta Amaruco, na região do Delta Del Orinoco e não se deslocavam na hoje fronteira Brasil/Venezuela.

Tomamos como exemplo o deslocamento dos Wapichana no sentido Guina/Brasil e vice-versa. No passado não podíamos afirmar que havia um deslocamento transfronteiriço, haja vista que eles ocupavam um território único. A criação dos Estados Nacionais divide um território ocupado tradicionalmente pelos indígenas, afetando gradativamente a dinâmica cultural desse povo. Hoje, essa leitura divisória ainda soa estranha frente à situação concreta em que estão vivendo. Para Castiglione (2009), a migração transfronteira ocorre ao longo dessa linha e promove muitas mudanças: “longas ou permanentes, mobilidade frequente de

pessoas que se dirigem a outro país apenas para trabalhar ou utilizar serviços; ou mudança de residência com constantes movimentos de ida e vinda ao país de origem” (pg.30). Essa noção de país de origem e destino, como também de território não se aplicava ao elemento subjetivo dos indígenas citados acima, mesmo diante de uma mobilidade espacial que ultrapassava uma linha transfronteiriça de dois países ou dois estados da federação.

Assim, tomamos emprestada a noção de diáspora de Hall e Clifford, como já nos referimos, pois entendemos que se aplica melhor ao caso dos Warao. Entendendo a diáspora de uma forma mais simples, ou seja, o espalhamento de um povo que se desloca do seu lugar de origem para outras localidades em busca de realizações que não atingiram. Nosso interlocutor, o aidamo do grupo que se encontrava acampado no viaduto da rodoviária de Manaus, Moisés¹³ afirmou que não sabia se iria voltar ao local de origem, mesmo que “o problema da Venezuela for resolvido”. Por outro lado, tinha deixado membros das famílias, principalmente os mais idosos. No caso analisado, podemos inferir que a diáspora se deu de forma forçada e não por opção própria. Na narrativa do aidamo é possível perceber que a dispersão era a única alternativa de sobrevivência. Na Venezuela não conseguiam sequer um quilo de farinha e de açúcar: “tudo muito caro, muita gente necessitando de roupa, de medicina e como não tem está morrendo, passando fome”. Ele acrescenta que no local de origem deixou dois irmãos e dois sobrinhos que não têm roupa, nem comida e ele não tem como ajudar.

Como se vê aqueles que partem não se desliga do seu local de origem e além de manter suas tradições culturais longe desse local ficam também ligados com aqueles que ficaram. O fenômeno diaspórico promove mudanças, ressignificações que interferem tanto na identidade individual como coletiva do grupo deslocado. Cumpre observar que mesmo diante de todas as mudanças experimentadas sempre há o desejo de retornar, mesmo quando essa esperança é mínima. Nessa direção, Hall (2003) observa que a diáspora é um processo que contém um núcleo imutável e atemporal, ligando o passado ao futuro e ao presente de forma ininterrupta. Assim, a tradição promove a fidelidade ao local de origem daqueles que decidiram se espalhar. No entanto, nas narrativas dos Warao sempre havia o desejo de buscar os que ficaram e a dúvida diante de uma possibilidade de fazerem um caminho de volta.

O trabalho pericial de Soneghetti (2017) no início de 2017 apontava que os Warao já em Manaus desejavam retornar temporariamente à Venezuela com o intuito de levar comida, dinheiro e roupas arrecadados no Brasil. Outro elemento motivador desse retorno era buscar

¹³ Moisés será como chamaremos o indígena Warao chefe de seu grupo, para preservar sua identidade.

artesanato, haja vista que devido ao câmbio era muito mais barato do que comprar a matéria prima e produzir aqui. Ele afirma:

Assim a presença dos Warao em Manaus é marcada fundamentalmente por um movimento pendular entre a capital amazonense e as cidades e comunidades venezuelanas, passando pelas cidades de Roraima. Essa dinâmica de mobilidade sazonal é caracterizada por um tempo maior de permanência no Brasil e um período curto de passagem pela Venezuela, o que permite que os Warao tenham acesso a recursos acumulem bens suficientes para levar para os seus familiares, retornando com artesanato para a venda (SONEGHETTI, 2017, p.18).

Durante o trabalho de campo em 2018 e 2019, percebemos que não mais havia motivação para essa mobilidade. Algumas hipóteses podem ser levantadas, tais como: o número de parentes trazidos do local de origem cresceu nos dois últimos anos, maior dificuldade econômica nesse movimento e pouco rendimento com venda de artesanatos, afóra que o processo diaspórico distancia ainda mais o acesso ao local de origem dessa população.

Nesse trabalho pericial, os Warao entrevistados justificaram a migração de Boa Vista para Manaus em decorrência:

1) disseminação de um discurso que desestimulava os cidadãos de Boa Vista a dar dinheiro para os indígenas, o qual era reproduzido pelos administradores do CRI (o que era apontado pelos Warao como proibição de pedirem dinheiro nas ruas), 2) as condições de abrigo no CRI, sobretudo no que diz respeito à convivência conflituosa com os *criollos* (não indígenas) e à alimentação disponível, a qual era vista como insuficiente e incompleta (serviam apenas arroz e macarrão, sem nenhuma carne); 3) a grande dificuldade por parte dos homens Warao em obter trabalho; 4) a concorrência para a venda de artesanato, gerada apela grande quantidade de indígenas Warao na cidade (SONEGHETTI, 2017, p.21)

Vejamos a trajetória da caminhada do aidamo Moisés. Ele morava no município de Antonio Diáz, um dos maiores que integra o Estado Delta Amacuro, limitando-se ao município de Tucupita. Partindo de Antonio Diáz, numa embarcação grande, seguiram para Tucupita numa jornada de vinte quatro horas. Do porto, tivemos que apanhar uma condução até o terminal da ciudad da Guayana, no Estado de Bolivar. Da ciudad de Guayana partiram para Santa Elena de Uairén, percorrendo nesse último trecho 590 quilômetros. De Santa Elena de Uairén atravessaram a fronteira até Pacaraima e de lá Boa Vista. Com a venda dos artesanatos que traziam, chegaram de ônibus a Manaus/AM. No caso da família do aidamo, a parada foi rápida em Boa Vista, mas nessa caminhada alguns tiveram que ficar para trás: “tem parentes meus que ficaram em Pacaraima, minha mãe de 82 anos, num abrigo com meu irmão e um sobrinho. Eu estou lutando para ficarmos juntos, porém não temos dinheiro para trazê-los”. Essa foi a rota de quase todos os Warao. Todos os nossos interlocutores, ao longo da pesquisa, na sua grande maioria mulheres Warao também aponta os mesmos motivos que os

levaram a partir do território que ocupavam. O grupo do aidamo Moises aguardava uma remoção para um abrigo pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos – SEMMASDH de Manaus/AM. Cinco meses depois, meu orientador esteve na rodoviária, realizando trabalho de campo com os criollos, e não os encontrou. Segundo as informações, eles teriam sido removidos para outro lugar.

Ao mesmo tempo em que se evidenciavam as diferenças culturais provocadas pelo processo diaspórico, os preconceitos se fazem presentes e se reproduzem ao longo dessa caminhada. O fenômeno se manifesta até na forma de ocupação espacial entre o Warao e os criollos, aspecto que discutiremos adiante. Na seção seguinte vamos traçar informações sobre a cidade fronteiriça de Pacaraima, a porta de entrada de todos os venezuelanos.

1.2 Município de Pacaraima: área fronteiriça e Terra Indígena São Marcos

É através do município de Pacaraima, inserido na Terra Indígena São Marcos que os Warao adentram no Estado brasileiro. Mas, conforme informações coletadas na Terra Indígena São Marcos, o contato com indígenas desta região foi insignificante. Para melhor entender a história de Pacaraima e TI São Marcos, faremos uma breve discussão sobre o município de Pacaraima e TI São Marcos.

O município de Pacaraima está localizado na região norte de Roraima, fronteira com a República Bolivariana da Venezuela e distante aproximadamente 213 km pela BR-174 de Boa Vista/RR. Ele faz fronteira com a cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén que, antes da crise política e econômica daquele país, atraía muitos moradores do município de Boa Vista/RR e turistas de outros estados do Brasil por causa do comércio barato em relação ao Brasil. O município foi criado em 1995, cujo espaço físico da sede era conhecido como BV8 (também chamado de Vila de Pacaraima), por causa dos marcos que passam na área que demarca as fronteiras com o país vizinho. Assim, a antiga vila passou a ser a sede do município (MORÓN, 2012).

Dados do censo de 2010 apontavam que Pacaraima possuía mais de 800 estabelecimentos comerciais, Prefeitura, Câmara de Vereadores, Fórum, Delegacia da Polícia Civil e Posto da Polícia Federal, Zona Eleitoral, representação do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública, hospital, posto da Receita Federal e da Secretaria da Fazenda Estadual, bancos, casa lotérica, cartório de registro civil e de imóveis, contando com rede de

telefonia celular, igrejas, correios, 44 escolas públicas¹⁴, sendo 38 estaduais e 6 municipais, um campus da Universidade Estadual de Roraima (UERR) e outro da Universidade Virtual de Roraima (Univirr)¹⁵. De acordo com dados do IBGE de 2010¹⁶, a população do município de Pacaraima estava estimada em 11.433 habitantes, concentrando uma população na sede em torno de 4.514 pessoas. Segundo o Censo Demográfico de 2000, a população no município girava em torno de 6.989 habitantes, sendo que 2.758 se concentravam na área urbana do município. Em 1996, a população do município girava em torno de 5.819 habitantes, tendo 1.768 na sua sede, quando da criação do município. O que verificamos, ao longo do período entre 1996 e 2010, foi um crescimento populacional em torno de 100%; na sede, sendo em torno de 255% em todo o município.

Em 2018, o IBGE¹⁷ estimava em Pacaraima um crescimento percentual de 25,9%. O aumento registrado em sua população foi de 3.205, passando de 12.375 pessoas em 2017 para 15.580 em 2018. O levantamento levou em consideração os índices do censo demográfico, número de nascimentos e óbitos. Por conta do fluxo intenso de imigrantes, o IBGE também considerou os venezuelanos residentes em Roraima (IBGE, 2018)

A criação do município remonta ao período em que se aguardava a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, onde parte da área de Pacaraima incidia na citada TI. Segundo Mota e Galafassi (2009), o ato de criação teria sido uma estratégia de manter os não índios na região, atendendo aos interesses de particulares e dos parlamentares que se colocavam contra a homologação da TI Raposa Serra do Sol. A maior parte da área do município abrange a Terra Indígena São Marcos, uma pequena parte, a da TI Raposa Serra do Sol.

Pacaraima passou então a compor o quadro de municípios do então Estado de Roraima, esse criado em 1988, conforme a Carta Magna atual¹⁸. A respeito da criação dos municípios de Pacaraima e Uiramutã, Silveira (2010) escreve:

Pacaraima, criado pela Lei Estadual 96, bem como Uiramutã, instituído pela Lei Estadual 98, ambas de 17.11.1995, são vistos por Marcelo Leite como uma reação dos parlamentares roraimenses contra os trabalhos de identificação pela Fundação Nacional do Índio da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, concluídos que foram

¹⁴ Total, tanto a nível municipal como esfera estadual, abrangente as escolas das 45 Comunidades Indígenas que estão dentro do perímetro do município.

¹⁵ Disponível site <http://www.folhabv.com.br/noticia/-Nao-vamos-ter-prejuizos---afirma-Proge-sobre-retorno-do-processo/27138>. Acesso em 06/09/2018.

¹⁶ Último censo realizado pelo IBGE.

¹⁷ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima/panorama>. Acesso em 13 de julho de 2019

¹⁸ O atual Estado de Roraima tem sua origem como município de Boa Vista do Estado do Amazonas, depois Território do Rio Branco e Território de Roraima.

dois anos antes, ou seja, 1993 e para garantir na região uma escassa população não índia. Pacaraima se estabeleceu como a porta de entrada norte do Brasil, principalmente com a importação da energia elétrica vinda da Venezuela para Roraima, cuja economia se baseia sobretudo no comércio de fronteira e na pecuária de corte, com zona rural que se estende para dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (SILVEIRA, 2010, p. 109).

A criação do município de Pacaraima só foi efetivada em 1997, com a posse de seus representantes municipais eleitos no ano anterior. O município funciona como área de livre comércio, atraindo diversos compradores de bens de consumo básico. Como ressalta Morón (2012), “Em Pacaraima uma das modalidades de trabalho diz respeito à informalidade, sendo o comércio a saída para muitos que ali vivem, ou pela “facilidade” de se viver na fronteira” (p.27). Assim, a Vila de Pacaraima ou BV8 como era conhecida, foi erguida à categoria de município com a Lei Estadual n.º 96 de 17.10.95, que em seu art. 3.º dispõe: “Art. 3.º A sede do Município será a Vila Pacaraima, e sua instalação ocorrerá no dia 1.º de janeiro de 1997, com a posse do Prefeito, do Vice-Prefeito e Vereadores eleitos em 03 de outubro de 1996” (op.cit. p.29).

Com relação ao surgimento da vila, os primeiros não índios que chegaram à região foram os militares e seus familiares, vindos em decorrência da construção do 3.º Pelotão Especial de Fronteiras, construído para garantir a segurança das fronteiras próximas ao Estado Venezuelano na década de 70, o que teria iniciado a sua ocupação (SANTOS, 1998, p. 44).

Ainda a respeito da origem do município de Pacaraima, Andrello (1993) nos fornece mais informações:

Com a abertura da BR 174, houve o favorecimento a implantação de projetos de colonização que iria atingir essa região, principalmente o território dos índios Taurepang que, até então mantinha e mantém um constante trânsito entre as linhas fronteiriças dos dois países, considerando que antes da criação dos Estados Nacionais era um território único para os indígenas. No entanto, a parentalidade, a tradição e a cosmologia que permeia o universo cultural desses indígenas ultrapassam a noção de um território recortado por uma fronteira bi-nacional. Essa divisão geopolítica se perde no imaginário e no cotidiano dos indígenas (MORÓN apud ANDRELLO, 2012, p. 85).

Continuando essa discussão sobre a origem do município de Pacaraima, é digna de menção as informações trazidas por Cirino (2002)¹⁹ a respeito da chegada dos primeiros não índios na região. Segundo o autor, no início da década de 1970 do século passado, Pacaraima era uma pequena vila, onde se encontrava instalado um Batalhão Especial de Fronteira, um Posto da Polícia Federal e outro da Receita Federal. Ele afirma que obteve essas informações

¹⁹ Cirino, Carlos. Laudo pericia antropológica no município de Pacaraima e Uiramutã/RR. Boa Vista, 2002. Processo nº 95.000683-90 (mimeografado).

dos índios mais idosos da Comunidade Indígena Sorocaima, localizada próxima à sede do município, senão vejamos:

...os primeiros moradores não índios a se instalar na Vila, atual sede do município, se fixaram no local onde hoje eles denominam “balança”. Eles afirmam também que o referido local antes era chamado de “divisor”, posto de fiscalização da Fazenda do Estado de Roraima. Ali teria se instalado o primeiro “branco” chamado de Alcides Lima, antes, teria sido uma maloca dos seus antigos parentes e muitos deles estariam enterrados naquele local (CIRINO, 2002, p.62).

Conforme se observa nas informações dos autores citados anteriormente, podemos atribuir o surgimento do município de Pacaraima como sendo parte das estratégias políticas, de militarização da região e ocupação da região fronteira. Em se tratando de um município localizado dentro de uma Terra Indígena, adiante daremos algumas informações sobre a TI São Marcos e as populações indígenas que habitam essa terra.

A Terra Indígena São Marcos está situada na região de campos e serras do Estado de Roraima. Ela foi demarcada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI em 1976 e homologada por Decreto Presidencial em 1991 (Decreto 312 de 29/10/91, *cf* Diário Oficial da União, 30/10/91). A TI São Marcos possui uma extensão de 654.110 hectares, limitada a oeste pelo rio Parimé e leste pelos rios Surumu e Miang, que se inicia a partir da junção dos rios Tacutu e Uraricuera, onde forma-se o rio Branco, estendendo-se até a fronteira Brasil/Venezuela. Atualmente, encontramos 45 comunidades indígenas na TI São Marcos, onde habitam três grupos indígenas, a saber: Macuxi, Wapixana e Taurepáng (ANDRELLO, 2009, p. 68).

A TI São Marcos é cortada pela BR 174 e por dentro de sua área passa a linha de transmissão de energia da usina de Guri, vinda da Venezuela para abastecer o estado de Roraima. A linha segue o traçado da BR 174 percorrendo 65 quilômetros dentro da TI São Marcos (*op.cit*, p. 69).

A referida terra está subdividida em três áreas, alto São Marcos com 23 comunidades²⁰, médio São Marcos com 12 comunidades e baixo São Marcos com 9 comunidades, segundo nos informa a Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI (ANO).

²⁰ Em Roraima em vez de “aldeia” indígena usa-se o termo comunidade indígena.

Mapa das Terras Indígenas, São Marcos e Raposa Serra do Sol.



Fonte: Instituto Socioambiental-ISA. Ano: 2005.

Na TI São Marcos encontramos as etnias dos Macuxi, Wapixana e Taurepang. Vejamos algumas informações para termos a noção da localização dos territórios que os Macuxi, Wapixana e Taurepang ocupavam desde os primeiros contatos no século XVIII e outros dados relevantes, recorreremos aos registros do etnólogo alemão Koch-Grünberg²¹, nos quais podemos verificar a permanência desses povos nesse território, mesmo com o aumento da colonização durante o século XIX. Quanto aos Macuxi, Koch-Günberg (1983, III) descreve:

Su territorio principal se encuentra, como en la época de su primer contacto con los europeos, hacia fines del siglo XVII, entre El Tacurú, su afluente derecho, el Makú o Iréng, y el Rupununi, el gran afluente izquierdo del Alto Esequibo, en el territorio fronteirizo entre Brazil y la Guayana inglesa, donde ellos habitan especialmente lagran Sierra Canucú, cubierta de selva. Desde allí se extienden hacia el Oeste-Noroeste hasta el Cotingo y más Allá en poblaciones isladadas a ambas orillas del Surumú y al Sur de este en la sabana ondulada hasta la región del Alto Parimé-Maruí al lado de lós Wapishana. Por orilla derecha del Bajo Uruicoera se encuentran solo poços asentamientos de lós Makuchí, que aqui como en el Surumú, ya están en parte mezclados con lós Wapishana (KOCH-GÜNBERG, 1983, III p. 20).

Quanto ao grupo linguístico, os Macuxi são da família Karib e ocupavam o território contínuo das Serras que se estende desde o Rupununi até as vertentes do rio Surumú, (SILVEIRA, 2010, p. 99).

²¹ Etnólogo que percorreu a região do rio Branco entre 1911 a 1913.

Os Wapixana são habitantes da savana e ocupavam um vasto território compreendido desde o rio Rupununi, na Guiana Inglesa, a leste, estendendo-se a oeste, até o rio Cauamé e baixo rio Uraricoera. A etnia pertence ao grupo linguístico Aruak (op.cit. p. 25).

Os Taurepang, por sua vez, são de filiação linguística Karib e habitam o norte do estado de Roraima, na área fronteiriça entre Brasil, a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativista da Guiana (ANDRELLO, 1993, p. 10).

Os três grupos étnicos encontrados na região da TI São Marcos vivem em comunidades dispersas que se localizam às margens dos cursos d'água secundários. Em tempos idos, se deslocavam com mais intensidade. O universo desses indígenas é repleto de seres sobrenaturais, alguns hostis aos seres humanos (ANDRELLO, 2010, p. 87).

As informações acima servem para termos a noção de um dos primeiros locais por onde passam os Warao e com quais etnias eles podem chegar a ter contato ao entrar no território brasileiro. Como já discursamos, os Warao ao chegarem ao Brasil passam ou ficam na sede do município de Pacaraima, na qual podemos encontrar muitos indígenas das etnias citadas, assim como muitos não índios.

Em certo momento quando acompanhava meu orientador o Prof. Dr. Cirino e outra aluna do mestrado²², visitamos a Comunidade Surumu, localizada na TI Raposa Serra do Sol, para coletar dados para elaboração de sua dissertação e tivemos a oportunidade de conversar com o Tuxaua daquela comunidade, afora alguns indígenas. Perguntamos se eles já tinham discutido a possibilidade de acolherem os índios Warao na Terra Indígena São Marcos. A resposta foi negativa e que realmente tinham sido provocados nesse sentido, mas não tinham o menor interesse em tê-los dentro daquela área. Segundo eles, mais tarde poderiam reivindicar esses direitos. Segundo essa liderança, não se tratava de índios tradicionalmente ocupantes da área fronteiriça e, nesse caso, não poderiam ser acolhidos. Essas observações nos remetem a um questionamento com relação ao amparo legal consubstanciado ou não nos dispositivos legais brasileiros na defesa dos interesses dos Warao. Conforme ressalta Ventura (2014), a Fundação Nacional do Índio – Funai teria se omitido deste o início com a alegação de que se tratava de indígenas não brasileiros. E acrescenta que a Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI só passou a prestar um serviço pontual após uma recomendação do Ministério Público Federal – MPF. No capítulo seguinte analisaremos a ocupação dos Warao no centro urbano de Pacaraima.

²² Aluna da primeira turma do Mestrado em Antropologia Social da UFRR

CAPITULO II

Os Warao na cidade fronteiriça em território brasileiro**2 Ocupação dos Warao no centro urbano de Pacaraima**

Ao chegarem a Pacaraima, os Warao se abrigaram na rodoviária e no seu entorno, ocupando o terreno desocupado ao lado e na frente dos comércios das proximidades. Ali podíamos encontrar famílias inteiras, muitas mulheres e crianças perambulando e mendigando pelas ruas.

Na nossa primeira experiência de campo na cidade, tivemos a oportunidade de conversar com um índio Warao que estava acampado na frente de um prédio próximo à rodoviária. Ele nos disse que tinha vindo da cidade de Tucupita e que passou pelo menos seis dias viajando de ônibus e a pé pela Venezuela com seus filhos e outros parentes até chegar ao Brasil. Ele acrescentou que estavam ali juntando dinheiro para seguir viagem para Boa Vista, justificando a migração em decorrência do seu local de origem não ter mais remédio e comida. Informou-nos que passou fome, tanto nas terras tradicionalmente ocupadas como em outras cidades da Venezuela, não tendo condições de se manterem lá. Segundo ele, em Tucupita tinha casa, mas não tinha comida e nem trabalho. Como podemos observar, os relatos são muitos semelhantes em relação aos motivos que levaram a longa caminhada até o Brasil.

No dia em que tivemos a oportunidade de ter uma conversa informal com meus interlocutores, foi também o dia em que distribuímos pão e leite para os Warao, como se vê nas fotos abaixo. Essas ações que realizamos tinham um caráter humanista, de sensibilização com aquele contexto que estávamos presenciando, mas também revestido de uma perspectiva analista, ou seja, científica do ponto de vista de um olhar antropológico. Também como uma forma de aproximação, mas sem perder de vista a questão ética da pesquisa.

Fotografias2 - Warao no acampamento ao lado da rodoviária de Pacaraima



Foto do autor, no dia 26 de novembro de 2016, arquivo pessoal

Tivemos oportunidade de conversar com outra indígena que também relatou uma história muito semelhante ao do outro indígena. Ela narrou que tinha vindo de Tucupita com seus dois filhos e um sobrinho, filho de uma irmã que já estava em Manaus. Ela estava tentando ganhar dinheiro para vir para Boa Vista e depois seguir para Manaus. Ambos relataram a falta de alimento, medicamento e trabalho nas cidades venezuelanas por onde passaram e que não tinham intenção de ficar em Pacaraima ou em Boa Vista. Eles estavam esperando somente a oportunidade de se deslocarem para o abrigo em Boa Vista/RR e seguirem viagem para Manaus. Nas falas dos Warao, diferentemente dos criollos, não percebemos um interesse maior de ficar nas três cidades que realizamos pesquisa de campo. Os criollos, por seu turno, sempre afirmavam que o interesse é conseguir um trabalho e a decisão de partir para outras cidades era decorrência de não atingirem esse objetivo. Um aspecto nos chamou a atenção durante a pesquisa, o de que não havia uma preocupação grande dos Warao em portar uma documentação, diferentemente dos criollos. Mas é provável que seja apenas o caso daquelas que abordamos. Entrevistamos uma índia Warao num sábado no cruzamento da Avenida dos Imigrantes com Atayde Teive²³ e ela nos informou que não tinha documento, apenas uma carteira da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social do Estado de Roraima – Setrabes. Também tinham partido de Tucupita e morava no abrigo da Pintolandia. Segundo ela, tinha saído naquela manhã para mendigar no citado sinal, pois precisava de dinheiro para comprar material de higiene. No entanto, o juiz da Vara da Justiça Itinerante de Roraima nos informou que eles também estão entrando no Brasil como refugiados ou com visto de residência, semelhantes aos demais venezuelanos. Isso nos faz afirmar que eles não têm nenhuma prerrogativa diferente enquanto índios. Outra informação é que os atendidos pelas ações da Justiça Itinerante tinham documentos venezuelanos.

Os Warao, na sua maioria mulheres e crianças, que vimos no primeiro momento em Pacaraima, ficavam durante o dia, como já dissemos, perambulando pela cidade ou no acampamento em torno da rodoviária. Naquela ocasião não havia sido instalado um abrigo na cidade, fato que só ocorreu meses depois. Observamos que ao anoitecer, muitos Warao seguiam para o interior da rodoviária com seus pertences, algumas bolsas e colchonetes para dormir abrigados da chuva e do sereno. Nessa ocasião não havia mais movimento de ônibus interurbanos, passageiros e as lojas já estavam fechadas. Quando amanhecia, por volta das 5

²³ Cruzamento situado no bairro Caimbé, não muito distante do centro de Boa Vista e conhecido por ter se tornado uma área de prostituição de mulheres venezuelanas, conhecidas como “ochenta” por cobrarem R\$ 80,00 por programa.

às 6 horas da manhã, antes que o movimento na rodoviária começasse, eles já estavam acordados e mulheres, homens e crianças se deslocavam carregando bolsas e colchonetes, voltando para debaixo de algumas árvores ou algum outro lugar ali próximo, onde acendiam suas fogueiras e preparavam seus desjejuns, isto é, quando tinham o que preparar.

Era pela janela do quarto ou indo lá para frente do hotel que acompanhávamos essa rotina pela qual os primeiros Warao passavam, antes de serem acolhidos no abrigo de Pacaraima. Nas ruas centrais da cidade podiam-se observar grupos de crianças caminhando, pedindo alguma coisa para comer na porta dos comércios. Observamos certa ocasião, em torno de quatro a cinco crianças que tinham no máximo sete, seis anos e quatro anos de idade nessa situação. A forma de vestir e a aparência física dos Warao tornava fácil identificá-los entre os criollos que passavam o dia perambulando no centro da cidade. Os Warao se acumulavam, praticamente, em duas esquinas, e cozinhavam ao relento com fogueiras improvisadas. Era comum vê-los banhando as crianças e adultos também faziam sua higiene corporal da mesma forma. Os homens banhavam-se de calção e as mulheres vestidas. Essa situação incomodava os moradores de Pacaraima e muitos imóveis estavam à venda. Cumpre ressaltar que, por se trata de uma área dentro de uma terra indígena, que não há condições de registro em cartório para o contrato de compra e venda e nem emissão de título de propriedade. A área, não obstante, se tratar de terra da união, tinha uma alta valorização no passado, haja vista o clima mais ameno e a proximidade com a cidade de Santa Elena de Uarén.

Eram cenas tristes e chocantes para uma população que não estava acostumada a ver pessoas vivendo nas ruas e mendigando em sua cidade, ainda mais quando se está falando de uma cidade do interior do estado de Roraima ou até mesmo na capital Boa Vista. O fenômeno é recente e chocou aqueles que residem em Roraima há muito tempo. Essa situação incomodava os comerciantes e mesmo os moradores da cidade.

Presenciamos algumas manifestações de preceitos e discriminação na fala e atitudes de donos dos comércios. Num supermercado a proprietária reclamava que todo dia os funcionários tinham que lavar a calçada do comercio, haja vista o cheiro de urina que ficava toda manhã naquele local. A proprietária de um restaurante relatava que os venezuelanos pedintes incomodavam sua clientela na hora das refeições. Esse contexto levava a reprodução de frases tais como: “eles não querem trabalhar”, “eles são sujos”, “eles roubam” entre tantas outras coisas. Como se vê se estabeleceu na cidade aquilo que Goffman (1981) tem chamado de estigma social, enquanto marca ou sinal que desqualifica seu portador. O estigma é um processo relacional de acusação do outro, gerando preconceito e discriminação. As frases

acima consubstanciam essa prática categorizando os indivíduos ou grupo num grau de inferioridade diante da sociedade. O estigma cumpre esse papel de designar os que pertencem e os que não pertencem a um determinado grupo. Portanto, os Warao não pertencem a essa sociedade local e isso a autoriza a excluir e diminuir esse outro. Soneghetti (2017) registra no trabalho pericial realizado no início do ano de 2017 em Manaus/AM, quando os Warao ainda moravam em casas alugadas por eles mesmos, ocorrência de incêndios criminosos objetivando a retiradas deles para outros imóveis, além de famílias indígenas hospedadas no centro que sofreram ameaças de morte por parte de pessoas desconhecidas que exigiam a saída daquele lugar.

Por outro lado, o estigma também se manifesta nas relações entre os Warao e criollos e, ao longo do trabalho, estarão pontuadas as situações que nos permitem afirmar a presença do fenômeno entre os patriotas.

Acampamento Warao nas ruas da cidade de Pacaraima em 2017²⁴



Foto: Inaê Brandão/G1 RR/Arquivo

2.1 O abrigo na fronteira e os espaços demarcados e segregados

Como podemos observar em Pacaraima, os Warao escolheram ficar acampados nos arredores da rodoviária, enquanto que os criollos podiam ser encontrados na região central daquela cidade, mais especificamente na área comercial. Dava-se para observar claramente que se tratava de indígenas Warao, formando assim verdadeiros espaços diferenciados.

Em certa ocasião, quando participava de um minicurso “Direito à autodeterminação e à autonomia dos Povos Indígenas na DDPI” na Universidade Federal de Roraima,

²⁴ Antes de ir para o abrigo, indígenas moravam nas ruas da cidade de Pacaraima. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/abrigo-para-venezuelanos-na-fronteira-com-rr-atinge-87-da-lotacao-em-cinco-dias-de-atividades.ghtml>

denominado Seminário Nacional dos Direitos dos Povos Indígenas: perspectivas e desafios nos 10 anos da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas promovido pela MOITARÁ²⁵ e Universidade Federal de Roraima, tivemos a oportunidade de ouvir o depoimento de alguns Warao que relataram que não era de hoje que são discriminados e que sofrem preconceito por parte dos criollos, coisa rotineiro na Venezuela. Podemos ter uma ideia do porquê da segregação dos espaços dos grupos de migrantes venezuelanos, não obstante o fato de estarem na mesma condição em outro país, passando pelas mesmas necessidades e não se agregarem, existindo sempre certa insatisfação na convivência, tanto quando se encontravam dispersos nas ruas, como quando colocados juntos nos abrigos.

Não que os Warao possam ser considerados pelos criollos como não pertencentes à nação venezuelana, mas o que podemos observar é uma discriminação pelo fato de ser índio. Esse sentimento é idêntico ao da sociedade brasileira, cuja manifestação do preconceito e estigmatização se processa nas concepções de que se trata de vagabundos, preguiçosos, que não contribuem em nada para o desenvolvimento da nação, como já frisamos.

Ainda quando ocupavam as ruas do centro de Pacaraima, os Warao mantinham distância dos criollos. Eles ocupavam o entorno da rodoviária e depois passaram a ocupar um abrigo exclusivamente destinado a eles, também distante do centro de triagem dos criollos. Em Boa Vista/RR, na chegada, passaram a ocupar um mesmo abrigo, mas diante dos constantes conflitos com os criollos, os órgãos assistenciais que gestam o local, resolveram isolá-los. Em Manaus, tanto na rodoviária como nos abrigos, ficaram separados. Quando da entrevista com o aidamo Moisés, na rodoviária de Manaus, ele de imediato pediu para que nos afastássemos para entregar os mantimentos num local distante, com medo dos criollos se apossarem de forma violenta: “os criollos estão tratando maus nosotros, eles às vezes pegam faca, ameaçam-nos, dizem muitas palavras, eu vou te matar, eu vou te queimar. Eles são maus, carregam facas”. Essa segregação vai além das questões de ordem cultural.

Mas vamos pontuar em termos concretos como se processou essa divisão dos espaços. Quando os Warao começaram a chegar à cidade de Pacaraima ocuparam os espaços próximos da rodoviária, distantes dos locais de aglomeração dos migrantes designados criollos. Outro fato que nos chama a atenção é que os Warao sempre têm um líder, uma espécie de interlocutor, diferentemente do outro grupo. Mais tarde, os Warao são instalados num abrigo, administrado pelo Exército Brasileiro e Agência da ONU para Refugiados, o que não aconteceu com os criollos. Na cidade, para esses últimos, instalou-se apenas um setor de

²⁵ Grupo de Pesquisa de Direitos Étnicos – Moitará, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília–FD/UnB

triagem, uma espécie de abrigo de passagem, onde depois de vacinados e, em parte, documentados, seguem para Boa Vista. Semanalmente sai ônibus do próprio programa de triagem para levá-los a Boa Vista/RR. Durante nossa permanência no setor de triagem registamos um grupo de criollos que se encontravam sentados nas arquibancadas de uma quadra de futebol e nos informaram que estavam aguardando o ônibus para conduzi-los a Boa Vista/RR. Perguntamos então para onde seriam levados e disseram que a obrigação do programa era apenas o traslado para Boa Vista/RR.

Não obstante estarmos de posse de toda a documentação para solicitar o acesso da ACNUR ao abrigo, tínhamos certeza que ainda não seria nessa viagem que realizaríamos o nosso campo. No entanto, estávamos acompanhados de uma amiga antropóloga e nos hospedamos na casa de seu irmão que estava à disposição de uma oficial do exército. Ela prontamente se prontificou a fazer a ponte com o comandante que também administrava o abrigo e por telefone marcou um horário para nossa visita.

O abrigo dos Warao fica um pouco distante das instalações de triagem. Ele está localizado numa área alta no limite da parte urbana da cidade. Na entrada do abrigo ficam dois soldados que fazem o controle da entrada de pessoas. As instalações são compostas de quatro contêineres, um ocupado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social – SETRABES, um ocupado pelo Exército, uma pela Fraternidade Federação Humanitária Internacional – e outro onde funciona uma enfermaria. Num grande pátio cinco tendas com várias famílias e um prédio onde foi instalado um redário. Localiza-se ainda um barracão com vários fogões a lenha, quatro everleirs e estava sendo construído mais um barracão com mais fogões e sendo instalado outro everleir, numa parte maior do terreno onde se situa o abrigo.

É pertinente o que diz Agier (2006) sobre a forma de acolhimento das políticas governamentais e da ACNUR em agrupar os refugiados em campos, em vez de deixá-los disseminados no seio da população. Para o autor, essa é uma forma obcecada de controle e acrescenta: “sob esse aspecto, os campos representam uma das múltiplas ramificações da [“sociedade de controle”] (pag. 199). É evidente que Agier está se referindo a outros contextos, mas nos permitem fazer conexões com o objeto que estamos analisando. Ele vai além ao afirmar que o dispositivo humanitário mundial é o isolamento, ou seja, os chamados sítios humanitários situados nas margens, afastados dos locais de vida comuns e continua: “com a constituição dos terrenos do humanitário como espaços de exceção, como os *não-lugares*, a história política recente fez nascer uma categoria mundial de sem-lugar e sem-direitos mais ampla que a soma dos refugiados propriamente ditos” (p.199).

Nossa experiência acumulada ao longo da pesquisa com os Warao nos permite pactuar com as afirmativas trazidas por Agier sobre o controle das agências de acolhimento. Há um impedimento rígido, principalmente, da AGNUR do acesso de pesquisadores aos abrigos no Estado de Roraima, assim como de outros agentes externos que têm interesse em participar dessas ações de acolhimento. No caso da UFRR, não obstante um acordo de cooperação celebrado com a AGNUR, os impedimentos à realização de pesquisa e a falta de diálogo têm sido constantes. Celebrado em 17 de maio de 2017, o termo de parceria previa, da parte da ACNUR, entre outras contribuições: 1. Incentivar a produção acadêmica sobre refúgio e a divulgação dos produtos, mantendo um arquivo dos trabalhos produzidos pelos professores e alunos das IES parceiras. Como atingir esse objeto se a ACNUR, na sua política de gestão, tem impedido o acesso de pesquisadores aos abrigos? 2. Apoiar institucionalmente as IES na realização de seminários e programas de capacitação dos corpos docente e discente sobre direitos humanitários (...). Nos dois anos de celebração do termo, desconhecemos esse apoio. 3. Subsidiar material de capacitação, enquanto possível, e indicar bibliografia sobre direito internacional, direitos humanos e direitos dos refugiados. Em termos concretos, desconhecemos que a ACNUR, em algum momento, tenha proporcionado essa logística para os pesquisadores da UFRR. A Universidade, por outro lado, tem disponibilizado os seus espaços para que a ONG desenvolva suas ações, entre eles um malhão que antes estava destinado para ações de extensão da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão, sala para administração no Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia – NUPEPA e o Instituto de Antropologia que diariamente disponibiliza salas de aulas e auditório.

O isolamento promovido por essas agências se faz sentir na realidade vivenciada pelos próprios Warao nos abrigos. O controle na forma empregada e o confinamento espacial são estranhos à cultura Warao. Não é por menos que muitos Warao fogem dos abrigos para perambular pelas ruas, exceção dos que estão em Manaus, morando em casas alugadas pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos – SEMMASDH.

Para Ventura (2018, p.24), os gestores dos abrigos não levaram em consideração as dinâmicas culturais dos Warao:

Desde o início, a gestão dos abrigos ou desconsiderou ou teve dificuldades para reconhecer as dinâmicas próprias e as formas de organização social destes grupos, suas relações internas e forma de tomada de decisões ou da resolução de conflitos. A perspectiva adotada foi a de do disciplinamento da vida nos abrigos e o estabelecimento de normas sem a participação e consulta devida aos indígenas. Houve, inclusive, interferência nos modelos de organização – atribuindo-se, em alguns momentos, às entidades gestores o poder de indicar os representantes legítimos das famílias indígenas – e a estruturação rigorosa de horários e funções.

Em verdade, a ACNUR, assim como outras que atuam nos abrigos, tomaram para si a tutela dos migrantes venezuelanos (índios e criollos). Os migrantes “tutelados” perderam todo o direito de voz e essas entidades reeditaram de forma velada o status de que se trata de uma categoria “relativamente incapaz”. Aos pesquisadores não é admitido fotografar os migrantes, mesmos que autorizado por eles. Essa política tem provocado a evasão de migrantes, tanto criollos com Warao. No caso dos Warao, entendemos que por questões culturais, eles têm resistido mais a essa imposição, procurando uma maior autonomia. Eles se recusam a serem sujeitos desse controle e isolamento.

Inicialmente, conversamos com a psicóloga Talita²⁶ que trabalha no abrigo, contratada pela SETRABES. Ela informou que são os próprios Warao que buscam lenha e preparam seus alimentos nos fogões construídos nos barracões. No prédio onde foi instalado o redário, observamos um aglomerado de Warao em grupos familiares. Nossa interlocutora informou que eles elegem um aidamo para representá-los e que os Warao ajudam na organização do local. Falou-nos que há conflitos, mas que é normal e que eles tentam resolver entre eles. Ela afirma que o problema maior é com a bebida alcoólica, mas no início foram às doenças, tais como sarampo, catapora e gripe, além de crianças desnutridas e debilitadas. Ainda sobre os conflitos, narrou um caso em que os próprios Warao pediram e retirada de uma família que estava causando confusão.

Dentre outras informações, a de que os Warao ficam por tempo indeterminado no abrigo. As mulheres fazem artesanatos e vendem no próprio abrigo ou em feiras. Alguns homens saem para trabalhar, quando conseguem algum dinheiro, muitas vezes, os aidamos vão a Venezuela ajudar os familiares que lá ficaram levando remédios, roupas e alimentos, mas não de forma contínua. A situação presente ainda se configura naquilo que Sahlins (1997) chama de lares alhures ligados por laços de parentesco e intercâmbio de pessoas e mercadorias. No caso, ainda há transações bilaterais, circulação de mercadorias e uma reciprocidade entre parentes, mesmo considerando os que ficarem estarem em idade avançada na sua grande maioria. A matéria prima para confecção dos artesanatos vem por meio desse mecanismo de circulação, favorecido com as novas tecnologias. Ao analisar o caso dos samoanos e tonganeses, Sahlins afirma:

Não se trata apenas de saudade. Enquanto indivíduos, famílias e comunidades de ultramar, os emigrantes são parte de uma sociedade transcultural dispersa, mas centrada na terra natal e unida por uma contínua circulação de pessoas, ideias,

²⁶ Talita será como chamaremos a psicóloga, afim de preservar sua identidade

objetos e dinheiro. Destacando-se entre polos culturais estrangeiros e indígenas, adaptando-se àqueles enquanto mantêm seu compromisso com estes, os tonganeses, samoanos e diversos outros povos como eles sido capazes de criar as novas formações que estamos chamando aqui de sociedades transculturais (SAHLINS, 1997, p.119).

Tivemos a oportunidade de conversar com uma senhora Warao que fazia seu artesanato e perguntei a ela se a matéria prima dos artesanatos eles conseguiam ali mesmo na cidade de Pacaraima ou redondeza. Ela me respondeu que não, que eles traziam da Venezuela.

Para outras que vendiam artesanatos, perguntamos se pretendiam vir para Boa Vista ou Manaus? Umas responderam que não, outras disseram que sim, que pretendiam seguir viagem pelo Brasil, por isso estavam vendendo seus artesanatos.

Voltando ao relato de Talita, ela informou que era funcionária temporária do SETRABES, que o trabalho ali estava muito difícil, pois não possuem nem mesmo um computador, que não tinha ninguém para realizar a limpeza do local, que agora os próprios indígenas estavam cooperando para isso. Todo trabalho é feito à mão, quando precisam imprimir alguma coisa, recorrem ao prédio do Conselho da Infância que fica ao lado do abrigo. Registrou que no último levantamento realizado, já estavam com a capacidade máxima de 400 (quatrocentos) Warao. Outra informação era que os ônibus do consulado da Venezuela também passaram por lá, e que não sabiam quantos Warao voltaram para o local de origem. Informou-nos que ali no abrigo de Pacaraima eles tiram o CPF, Carteira de Trabalho e Carteira de Vacina e que muitos indígenas estavam apresentando quadro de depressão. Não há como afirmar se a predisposição de não voltar representa a maioria dessa população, mas registramos o caso de um possível traslado promovido pelo Consulado da Venezuela tanto no abrigo de Pacaraima como no de Boa Vista.

Quanto ao funcionamento do abrigo, ela nos disse que eles podem sair durante o dia, mas às 9hs:00mn da noite o portão fechava e ninguém entrava mais. Os homens, geralmente, saem a procura de trabalho e as mulheres e crianças quase não. Muitos chegaram sem nenhum documento e não possuíam nada para comprovar suas idades, outros sim.

A alimentação é fornecida pelo Exército, como arroz, macarrão, peixe, frango e carne e que eles não têm costume de comer feijão nem tomar café.



Fotos autor. Entrada e área externa do abrigo de Pacaraima



Fotos do autor: Imagem interna e área de ampliação do abrigo de Pacaraima



Foto do autor: Propagandas e registros das entidades que atual no abrigo.

Em seguida veremos uma tabela do número de Warao no abrigo de Pacaraima em 20/10/2018, distribuídos em faixas etárias, sexo, famílias e famílias por aidamo (cacique).

Tabela 01

Sexo	Faixas Etárias									Totais	Sem data nasc.
	0-3	4-6	7-12	13-17	18-21	22-39	40-59	60-69	>70		
Masculino	26	21	43	27	23	61	16	4	0	221	0
Feminino	24	16	22	30	10	51	20	2	3	178	0
Subtotal	50	37	65	57	33	112	36	6	3	399	0

Tabela 02

Sexo	Menores de idade
Masculino	117
Feminino	92
Total	209

Tabela 03

Aidamo/Cacique	A	B	C	D	E	F	H	Totais
Famílias	11	12	12	11	14	13	18	91
Pessoas	48	55	57	47	62	61	69	399

Optamos em usar letras em substituição ao nome dos Aidamos, pois não pedimos autorização para nomeá-los. Cada letra é um chefe (aidamo/cacique) que coordena X famílias com X pessoas. Isso fortalece a nossa observação inicial de que se trata de vários grupos Warao que, geralmente se agrupam em espaços separados nos próprios abrigos. O gráfico 01 nos permite aduzir que mesmo considerando um processo de migração, tem suas especificidades quando tratamos dos Warao. O fenômeno concreto da diáspora dos Warao não se alinha a outros estudos que tentam compreender a migração a partir de uma discussão de gênero, como ressalta Silva (2005):

Migrar tem o significado do voo das andorinhas, que partem em busca de sustento para os filhos. Mesmo para as jovens, a ajuda à família aparece como o principal motivo da migração. Portanto, a motivação feminina é subsumida àquela da família, o que representa a reprodução dos valores da dominação masculina. (...) Quando aos homens, migrar possui também o significado de sustentar a família, de não deixar os filhos morrerem de fome, valores que se referem às necessidades de sobrevivência e aos valores pertencentes ao gênero masculino, os quais ratificam positivamente o provedor como um homem honrado, responsável e respeitado socialmente (SILVA, 2005, p.76).

Os Warao partem do local de origem em grupo familiar; os que ficam para trás são os idosos, pois a tabela nº 01 nos permite inferir assim, afora o depoimento dos nossos interlocutores. Essa situação nos conduz a pensar no futuro das redes sociais estabelecidas com os familiares que ficaram no local de origem. Também no abrigo de Manaus/AM os Warao são constituídos de diversos grupos familiares. Outro dado relevante é o número de menores que representam em torno de 52% na tabela nº 02. A esse respeito merece atenção um dado trazido pelo Juiz da Vara da Justiça Itinerante do Estado de Roraima, que me reportarei mais a frente, no momento apenas a questão dos menores. Segundo ele, com relação aos processos abertos para firmar contratos de união estável dos Warao, em torno de 40 atendidos, verificou-se que os casais já viviam matrimonialmente há muito tempo e que tiveram, durante esse período, muitos filhos, mas, por sua vez, muitos óbitos, o que se deduz um índice grande de mortalidade infantil, nas palavras do Juiz: “ (...) dois fatos chamaram a atenção e que diferenciou os Warao. Primeiro, todos casais unidos há muito tempo, 22, 24, 25, 24 anos. Segundo fato foi a quantidade de filhos mortos. Pegava-se 23 anos juntos, quantos filhos, sete filhos quatro mortos, 22 anos juntos, 4 filhos, dois mortos. Há um índice

alto de mortalidade entre os jovens. Foi essa impressão que tive”. A fala do juiz remete ao trabalho pericial de Soneghetti realizado em 2017 em Manaus, onde o perito registra um número significativo de óbito de crianças Warao, desidratadas, gripadas, com diarreia, catapora, pneumonia, suspeita de acometimento de tuberculose e até de sífilis. Em verdade, as crianças Warao já vem morrendo desde o seu local de origem.

Voltando às redes migratórias, Castiglione (2009) afirma que entre os vários estudos sobre o tema, muitos preconizam que os “migrantes não devem ser considerados individualmente, mas como integrantes de estruturas sociais mais amplas, cujos atores realizam conjuntamente as várias etapas do empreendimento migratório” (p.48). A decisão de partir não é individual, mas uma estratégia que envolve outros grupos sociais, como a família, ou grupos mais extensos, conclui a autora. Assim, compreendemos a diáspora dos Warao enquanto redes de solidariedade, amizade subjacentes às redes de parentesco e de pertencimento ao local de origem. Assim, eles se fortalecem nessa saga ao longo do território brasileiro.

Quando à possibilidade de se fixarem na terra indígena São Marcos, houve uma proposta do governo do estado de Roraima, levantando a possibilidade dos Warao serem acolhidos pelos indígenas habitantes da TI São Marcos. As lideranças foram unânimes em tratá-los com indiferença e desconfiança, talvez, como já nos reportou, ou como observamos na fala de alguns indígenas da região, por sentirem-se ameaçados de terem que compartilhar seus territórios. Em seguida dissertaremos sobre o abrigo em Boa Vista/RR e a experiência em Manaus.

CAPÍTULO III

Os Warao na cidade de Boa Vista

3. O abrigo no Bairro Pintolândia em Boa Vista/RR

O primeiro abrigo na cidade de Boa Vista/RR foi improvisado em um estádio poliesportivo no bairro Pintolândia em 2016, denominado de Centro de Referência ao Imigrante – CRI, por determinação judicial, como já nos reportamos. Na época, o abrigo improvisado dispunha de uma quadra coberta com um amplo terreno ao redor, dois banheiros masculinos e dois femininos, um pequeno depósito e ao lado, outro onde funcionava uma lanchonete no qual foi improvisada uma cozinha.

A foto abaixo mostra o interior do abrigo em 2017²⁷, logo assim que ele foi criado pelo governo do Estado de Roraima.

Fotografia 5 – Abrigo improvisado no ginásio poliesportivo no bairro Pintolândia



Foto: Inaê Brandão/G1 RR

Muitos indígenas e não indígenas passaram a construir barracas em torno do ginásio, na parte externa da quadra, pois como nos informou a irmã Maria da Fraternidade²⁸ que administrava o abrigo, ambos não se sentiam à vontade de ficar no mesmo ambiente.

²⁷ Família de venezuelanos abrigados dorme no chão em abrigo improvisado em ginásio poliesportivo. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2017/01/venezuelanos-dormem-no-chao-e-dividem-abrigo-improvisado-em-rr.html>

²⁸ A Fraternidade – Federação Humanitária Internacional é uma entidade que objetiva praticar e disseminar a fraternidade, contribuindo para a ampliação da consciência dos seres humanos, para a vivência da paz e do amor, para o serviço altruísta e para a expressão de novos padrões de conduta. A unidade e o amor incondicional a todos os seres e expressões de vida dos Reinos Humano, Animal, Vegetal e Mineral são os atributos que

A foto²⁹ abaixo mostra os banheiros improvisados que foram construídos com lona e madeira ao lado do ginásio.



Foto: Inaê Brandão/G1 RR

O ginásio no qual foi improvisado o abrigo não tinha estrutura para suportar grande quantidade de pessoas lá abrigadas, estimada em torno de 400 pessoas entre índios Warao e criollos. A maioria no abrigo era índios Warao. Um dos grandes problemas do abrigo, como nos relatou Maria era falta de banheiros. Os dejetos serem canalizados para uma fossa que não suportava a grande quantidade de pessoas utilizando diariamente os banheiros, causando o enchimento constante e sendo necessário todos os dias um caminhão da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER para esvaziar a fossa. Quando isso não acontecia, a fossa transbordava, causando um imenso desconforto para todos, além de propiciar a contaminação dos moradores, frequentadores e pessoas que trabalhavam no abrigo.

No dia 15 de setembro de 2018 estivemos no abrigo do Pintolândia e novamente verificamos muitas mudanças em relação ao observado anteriormente. Logo na entrada, assim que passamos o portão, ficavam dois soldados do exército que faziam o controle da entrada de pessoas no local. A estrutura do abrigo era outra, diferente da que conhecíamos. Verificamos a instalação de alguns contêineres que encontramos logo na entrada. Do lado direito de quem entra, encontram-se três contêineres, um da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social -

congregam o espírito federativo dos setores e atividades da entidade. As Missões Humanitárias e a Rede-Luz são suas atividades-fim e se constituem nos principais pilares de atuação. A Fraternidade também exerce papel fundamental na integração, no acompanhamento e no suporte à manifestação de inúmeros trabalhos exercidos pelas filiadas, que se expressam nas Comunidades-Luz, nos Núcleos-Luz, nas Associações de Serviço, nas Associações Religiosas e nos Centros Marianos. Disponível em: <https://www.fraterinternacional.org/quem-somos-fraternidade-internacional/>

²⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2017/01/venezuelanos-dormem-no-chao-e-dividem-abrigo-improvisado-em-rr.html>

SETRABES, ao lado desses localizava-se um contêiner da ACNUR e Fraternidade, e o outro com o nome da Operação Acolhimento.

No lado esquerdo da entrada localizavam-se mais três contêineres, o primeiro onde funciona a recepção, ao seu lado um Posto de Saúde e atrás desses um doado pela Fundação Pan-Amazônica para o Desenvolvimento – PADF do Canadá, onde funciona uma escola.

Neste mesmo dia, entrevistamos uma voluntariada da ONG Fraternidade - Federação Humanitária Internacional. Ela nos prestou outras informações sobre o abrigo e assim tivemos uma dimensão das mudanças ocorridas desde a nossa primeira visita. Segundo a voluntária da Fraternidade, a quantidade de pessoas abrigadas estava em torno de 606 indígenas, sendo 263 crianças, 343 entre homens e mulheres, mas que o número exato ela não soube informar, haja vista alguns indígenas saírem do abrigo sem comunicar. Eles não sabem se vão para Manaus ou se retornam para o país de origem. Como podemos verificar 44% desse total é criança.

Quanto às melhorias, o abrigo contava com vários banheiros, masculinos e femininos que foram construídos atrás do ginásio. Não há mais o transbordamento da fossa, mas não souberam informar se havia sido construída outra fossa ou se tinham feito a ligação do banheiro com a rede de esgoto. Em verdade, era uma voluntária nova e não tinham dimensão da situação inicial do abrigo.

Quanto às melhorias do abrigo, podemos citar a construção de uma cozinha com fogões suspensos, para evitar a contaminação dos alimentos que eram preparados pelos Warao em fogueiras no chão. No entanto, ela nos relatou que alguns ainda preferiam cozinhar seus alimentos em fogueiras, mas a maioria já estava consciente de que a prática propiciava a contaminação dos alimentos e assim provocando doenças.

O abrigo já contava com pelo menos 6 (seis) overliers e 36 (trinta e seis) barracas, algumas dessas armadas embaixo dos overliers, também foi construído um redário. A ida ao abrigo naquele sábado foi em decorrência da oportunidade de visitar a feirinha de artesanato dos Warao, como já nos referimos. Tivemos informações através de professores da UFRR e visitamos nos sites a promoção do evento. Naquele dia apenas duas famílias estavam vendendo e fabricando logo na entrada do abrigo. Nossa interlocutora afirmou que a feirinha está sendo organizada para ocorrer de quinze em quinze dias e ficou de nos avisar quando seria realizada a próxima feira de artesanatos. Observamos que a maior produção era de cestaria. Segundo Lafée-Wilberty y Wilbert (2012), a cestaria era uma tarefa unicamente masculina em tempos idos e que faziam parte essencial da vida diária dos Warao, podendo ser produzidas em qualquer lugar da habitação. Entre as mais importantes e produzidas, os autores apontam a *a uju muta*, espécie de cesta de carga utilizadas pelas mulheres para

carregar mercadorias, semelhante ao nosso jamaxi utilizados por diversas etnias do Estado de Roraima. Ainda o *la waramana*, usado para transportar caranguejo vivo, pescar e carregar iscas de pescas, como também para guardar roupas e alimentos e a *la cesta colador*, tipo uma bandeja, entre outras.



Foto: Paulo Luã Xavier

Lembrando ainda de uma informação que nos foi prestada, diz respeito à dificuldade de controle do abrigo, aspecto que já nos reportamos quando analisamos a forma de gestão dos órgãos acolhedores dos venezuelanos. Nossa informante, funcionária da ONG Fraternidade registrou que naquela semana já tinha nascido duas crianças, quadro nascidas depois de sua chegada. Há uma divisão de funções dos órgãos que controlam o abrigo. O Exército seria responsável pela segurança e pela logística, a Fraternidade e o Setrabes pelas demais funções. Uma dificuldade hoje enfrentada nas ações é o deslocamento dos Warao para realizarem algumas capacitações, como os cursos de português promovidos pela UFRR. Não há transporte para levá-los.

A voluntária registrou que muitos dos Warao deixam o abrigo sem comunicar e que apenas aqueles que desenvolvem uma relação mais próxima com a administração informam que estão indo embora. Portanto, somente no final de semana é que se faz uma contagem para saber quantos deixaram aquele local. Nesse ínterim, eles não sabem para onde se deslocaram. Outra informação relevante foi o ocorrido poucos dias antes da nossa visita. Três ônibus vindos da Venezuela chegaram ao abrigo e ficaram disponibilizados para quem quisessem voltar para a Venezuela. A mesma interlocutora afirmou que não houve um comunicado oficial e mais de cem Warao poderiam ter seguido o caminho de volta, no entanto não se sabe se isso realmente aconteceu, como já relatamos, aconteceu também no abrigo de Pacaraima. Por sua vez, não há controle se esses índios foram para Venezuela e se depois retornaram para

o território brasileiro. Percebemos, mais uma vez, que os gestores do abrigo não conseguem manter os Warao sob o controle e isolamento. Dessa forma, os movimentos dos Warao não têm um registro oficial a partir dos abrigos.



Foto do autor: O abrigo depois de três anos, mais estruturado.

No dia 01 de outubro, quando já estava na fase de correção do texto final da minha dissertação, fui convidado pelo meu orientador a acompanhá-lo a um trabalho de campo no abrigo dos Warao na Pintolândia, aproveitando o convite do Juiz de Direito da Vara Itinerante do Estado de Roraima, Dr. Erick Linhares que já estava desenvolvendo um trabalho de emissão de documentos voltados para os Warao, muitos ainda indocumentados. O juiz deu alguns esclarecimentos sobre as ações que estavam sendo desenvolvidas, tais como: emissão de documentos, realização de união estável, casamentos, entre outros. As ações são decorrentes de um acordo de cooperação judicial celebrado em o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – AGNUR, objetivando garantir os direitos inerentes à dignidade da pessoa humana, defesa dos interesses de crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência em situações de emergência. Quanto à competência da atividade jurisdicional, podemos citar: reconhecimento de união estável, extinção de união estável, reconhecimento de paternidade, fixação de alimentos, posse e guarda de filhos menores, regulamentação de visitas e autocomposição extrajudicial, na forma do Código de Processo Civil. Quanto a processar e julgar: registro de nascimento de crianças nascidas no Brasil, retificação de registro, emancipação, interdição e causas dos juizados Especiais Cíveis e Fazendários. O acordo foi celebrado em 20 de junho de 2018 (anexo).

O ônibus da Justiça Itinerante estava estacionado do outro lado do abrigo, onde se encontrava um grande número de Warao a espera de atendimento. Entramos no ônibus itinerante para conhecer as instalações de atendimentos. Na parte da frente duas funcionárias

trabalhavam no atendimento aos Warao, na parte de trás uma estrutura de um escritório improvisado, mas que atendia as necessidades das ações.



Foto: Paulo Luã Xavier

Logo depois nos dirigimos ao abrigo em companhia do Juiz de Direito e fomos recebidos na sala da coordenação. Naquela manhã havia muita movimentação e um número grande de funcionários das diversas organizações que lá atuavam, como Exército, ACNUR, Fraternidade e Missionários Jesuítas. Em seguida, a coordenadora nos convidou a conhecer todas as instalações. Informou que havia nove lideranças que organizavam determinados número de grupos familiares. Uma informação que nos chama a atenção e nos permitem inferir que os Warao continuam a sua diáspora é a diminuição do número de abrigados. Segundo a interlocutora, o número de Warao no abrigo tinha diminuído de setecentos para quinhentos e setenta e seis índios. Nesse trabalho de campo podemos observar um pouco do cotidiano dos abrigados Warao. Alguns realizavam atividades recreativas, outros confeccionando artesanatos, lavando roupas e muitas crianças que brincavam nas áreas mais abertas daquele local.

Mais uma vez, tivemos a certeza que os Warao pretendem dar continuidade a essa caminhada diaspórica. Segundo nossa interlocutora, todos têm interesse em participar do programa de interiorização³⁰. No entanto, dois fatores dificultam essa participação: primeiro a questão cultural que dificilmente se acomodaria aos objetivos do projeto, ou seja, a inserção

³⁰ Programa do Governo Federal que visa deslocar de Roraima venezuelano refugiado e migrante para outras capitais do país. O intuito da estratégia de interiorização é reduzir o impacto da chegada de refugiados e migrantes venezuelanos a Roraima. A transferência permite que os venezuelanos tenham novas oportunidades de integração e ingresso no mercado de trabalho, recomeçando suas vidas e contribuindo para o crescimento das novas comunidades de acolhimento.

num mercado de trabalho formal. O segundo aspecto é a remoção em grupos coordenados por um aidamo, geralmente em torno de 40 a 50 indígenas. Dessa forma, a inserção dos Warao no Programa de Interiorização do Governo Federal passou a ser um grande problema a ser resolvido enquanto política pública. Outra situação de mudança no abrigo foi a questão da alimentação dos Warao. Anteriormente, se fornecia gêneros alimentícios mais ou menos compatíveis com a dieta alimentar do grupo para que eles mesmos preparassem as refeições. No entanto, verificou-se que muitos mantimentos estavam sendo desviados e vendidos aos moradores dos arredores do abrigo, principalmente carne congelada Friboi. Diante dessa situação, os gestores optaram pelo fornecimento diário de marmitas. Não sabemos se a mesma situação está sendo vivenciada no abrigo de Pacaraima. As marmitas, por sua vez, são monitoradas por nutricionistas que procuram elaborar uma dieta que atenda a cultura dos Warao.

Outra informação era de que a ACNUR e o Exército já estavam atuando no sentido de assistir os refugiados venezuelanos em Manaus/AM, assim como os Warao, fato já comprovado pelo meu orientador quando esteve naquela cidade dias antes, realizando pesquisa de campo nos arredores da rodoviária. Finalizada a visita, agradecemos a recepção e as informações concedidas. Meu orientador informou da existência do abrigo do Jóquei Clube ao Juiz que imediatamente se prontificou a conhecê-lo e decidimos seguir para aquele local.

Em junho deste ano tivemos conhecimento da existência de um abrigo surgido a partir da ocupação de uma área de um antigo clube do trabalhadores situado no bairro Jóquei Clube, imóvel do Governo do Estado de Roraima. Na companhia do professor José Carlos Franco, antropólogo que coordena um projeto de extensão com os migrantes venezuelanos, seguimos para o abrigo na manhã do dia 13 de setembro de 2019. Eu estava também na companhia do meu orientador e outro mestrando que trabalha com a temática de direitos humanos. Ao chegar, nos identificamos na entrada e logo fomos recebidos por um crioulo que seria o responsável pela limpeza do local. Ele então nos conduziu até uma das coordenadoras do abrigo. Todos se apresentaram e meu orientador manifestou que tinha interesse em elaborar uma cartografia sobre os venezuelanos na cidade de Boa Vista e precisava do apoio de um grupo organizado de migrantes. A coordenadora manifestou interesse no projeto e o professor se comprometeu em encaminhar uma proposta a ser avaliada pelo grupo.

Sobre as informações do número de pessoas no abrigo e, ao considerar que tinha um compromisso, apanhou seu caderno de anotações, permitindo que fotografássemos as anotações desse controle. No caderno continua informações sobre a estrutura de gestão do abrigo. As funções estão divididas em seis coordenações: religião e cultura, educação,

segurança, comunicação, limpeza e alimentação. O abrigo foi denominado de “*Organización Ubanoko*”. Assim como os abrigos específicos para os Warao, há uma chefia que agrega várias famílias, ou grupos familiares, no caso em análise seis. Abaixo, organizamos numa tabela dessa estrutura.

Grupos familiares	1º Grupo	2º Grupo	3º Grupo	4º Grupo	5º Grupo	6º Grupo	Total
Nº famílias	19	18	23	25	22	89	196
Divisão							
homens	14	14	16	23	15	107	189
mulheres	16	14	23	23	20	85	181
crianças	36	25	38	44	22	110	274
totais	65	53	77	90	57	302	644

Os dados acima permitem inferir que nesse caso, mesmo tratando-se de um abrigo com criollos e indígenas, os “refugiados” se agrupam em família. Não tivemos tempo de analisar em *locus* essas informações passadas e agrupadas na tabela. Também se confirma que o maior número de abrigados são crianças, aqui em torno de 42% do total.

Ainda no caderno de anotações, fotografamos informações sobre os Warao. No caso, eles estão agrupados no universo da tabela acima, mas havia dados separados da quantidade de indígenas, que totaliza em torno de 46% dessa população.

Etnias/Nº	Quantidade
Warao	299
Eñapa	34
Pemón	02
Kariña	02
Total	337

A coordenadora informou que não havia interesse da população abrigada em ocupar um abrigo organizado e administrado pela ACNUR e o Exército. Em uma visita posterior, abrigados informaram que já tinham passado por esses abrigos. Não obstante, afirmaram que estão tendo apoio de organizações, tais como: Organização Internacional para Migrações – OIM, Médico Sem-Fronteiras e Unidade de Saúde Região Cambará. A ACNUR teria doado algumas lonas e o Exército teria restaurado uma parte da estrutura do abrigo.

Como já frisamos, retornamos ao abrigo “*Organización Ka Ubanoko*” na companhia do Juiz da Vara Itinerante do Estado de Roraima. Um dos abrigados nos recepcionou comunicando que todas as lideranças, naquele momento, estavam numa reunião fora do

abrigo. No entanto, ele se prontificou a nos conduzir e conhecer todas as dependências do local. Ficamos então sabendo que os Warao ocupam uma antiga quadra que se localiza perto da entrada. Em verdade é um espaço que lembra mais uma favela, com barracos construídos de madeira, outros de PVC e uma grande quantidade de barracas. Dentro do abrigo havia um pequeno ponto comercial improvisado, assim como algumas oficinas de conserto de eletrodomésticos e bicicletas. Nosso interlocutor informou que estavam recebendo apoio dos missionários Jesuítas e da Consolata. Nosso orientador manifestou interesse em promover uma parceria com a UFRR, além do projeto da Cartografia. O Juiz também anotou os contatos das lideranças, ficando sensibilizado com a situação precária em que os abrigados se encontravam. As imagens abaixo nos permitem visualizar as péssimas condições de vida dos abrigados naquele local.



Foto do autor: Entrada do abrigo do Jôquei Clube



Foto do autor: Quadra ocupada pelos Warao



Foto do autor: Barracos construídos no interior do antigo clube.



Foto do autor: Pequenos comércios dentro do abrigo



Foto do autor: Barracas ocupadas por famílias no abrigo



Foto do autor: Imagem interna do abrigo



Foto do autor: Alguns abrigados utilizam redes cobertas com lonas fornecidas pela ACNUR



Foto do autor: Controle de banho

3.1 Os Warao em Manaus, Belém/PA, Santarém/PA e a dispersão pelo nordeste do Brasil.

No estado do Amazonas, os Warao seguiram as mesmas estratégias que adotaram em Pacaraima e Boa Vista. No início do ano de 2017, pude presenciar o acampamento ao redor da rodoviária daquela cidade, quando em março de 2017, voltando de viagem de Belém/PA, resolvi seguir para Boa Vista de ônibus, foi então que verifiquei uma grande quantidade de índios Warao que já se abrigavam no entorno da rodoviária de Manaus, como já registramos anteriormente. Outras informações foram obtidas através das mídias nacionais e locais, entre elas de como os Warao começaram a ser tratados pelo governo local daquele Estado.

O fluxo de imigrantes venezuelanos vem aumentando na capital do Amazonas, mas a ação humanitária estadual vem diminuindo principalmente para os índios Warao. O abrigo do governo do estado, no bairro Coroado, na zona Leste, onde eles eram alojados, foi desativado no início do ano por determinação do governador Amazonino Mendes (PDT). Era no abrigo que o Serviço de Acolhimento Institucional de Adultos e Famílias (Saiaf) fazia uma triagem com o primeiro atendimento aos indígenas, que depois eram encaminhados para os cuidados da prefeitura (FONSECA, 22/02/2018).

O início da pesquisa na cidade de Manaus/AM se deu no dia 02 de agosto de 2018, quando estive na cidade de Manaus. Lá me dirigi até a Secretaria da Mulher e Direitos Humanos – SEMASDH, localizada no centro daquela cidade. Conversamos com a vice-secretária daquela secretaria, a senhora a qual chamaremos de Sara para preservar sua identidade, e com a assistente social que chamaremos de Raquel, responsáveis pelo acolhimento dos Warao em Manaus/AM.

Além de darem informações sobre as casas que serviam de abrigo em Manaus, pedirem informações de como estava sendo a administração dos abrigos aqui em Boa Vista, quais órgãos públicos estavam envolvidos na administração desses, qual a atuação do estado no acolhimento dos migrantes venezuelanos, pois elas não tinham muitas informações a esse respeito. Neste momento, o que compartilhamos foi que em Roraima o governo do Estado, a prefeitura e o Exército, além das ONGs, como a ACNUR juntamente com a Fraternidade e Caritas estavam atuando juntas no acolhimento aos venezuelanos e que a Universidade Federal de Roraima também estava realizando ações nesse sentido. Elas ficaram surpresas com tais informações, e nos relataram que em Manaus, quase toda responsabilidade dos abrigos estava sob suas responsabilidades da SEMASDH, contando somente com apoio da ACNUR e Caritas, para tal tarefa.

Conforme registros no trabalho pericial de Soneghetti (2017), a SEMASDH realizou no início de 2017 o primeiro recenseamento dos Warao na cidade de Manaus. Nessa ocasião eles estavam dispersos na cidade em torno de 117 indígenas que, por sua vez, foram localizados num acampamento na rodoviária (35), no bairro Educando onde ocupavam duas casas (43) e 39 se encontravam em casas e hotéis no centro da cidade. A população estava distribuída da seguinte forma: 62 adultos, 48 crianças, 4 adolescentes e 3 idosos. Como pode se ver, em todos os levantamentos predomina a presença de crianças. As casas eram alugadas onde se pagavam R\$ 10,00 a diária por pessoa. Ainda tinha situação em que dividiam o espaço com os não índios pagando uma diária de R\$ 20,00 (vinte reais) e R\$ 30,00 (trinta reais) por quarto. Os recursos para pagamento eram provenientes da venda de artesanatos e do apurado diariamente com a mendicância. Quando não havia mais condições de arcarem com as despesas, retornavam para a rodoviária. Os órgãos públicos ainda não tinham criado uma política de acolhimento dos migrantes venezuelanos nessa ocasião. O Conselho Tutelar teria abordado os Warao acampados na rodoviária com o intuito de retirar as crianças em estado de vulnerabilidade. Não obstante a ação não ter sido concretizada, os Warao ficaram apreensivos e com medos, razão que levou muitos deles a retornarem com seus filhos para a Venezuela. O MPF, na época, manifestou que a retirada das crianças da companhia de seus pais configuraria um ato de agressão aos direitos dos povos indígenas (Ibidem, p. 37). Ainda como uma medida que no entendimento do MPF não poderia ser encarada como uma política pública foi a tentativa de convencimento de deportar os Warao para o local de origem. A SEMASDH e SEJUSC teriam organizado o deslocamento em ônibus dos Warao de Manaus a cidade de San Felix em 29 de abril de 2017. No entanto, representantes do Estado do Amazonas, da Prefeitura, da Casa Civil da presidência da república e o MPF recomendaram que suspendessem o transporte, pois não havia garantia de retorno ao local de origem dos Warao.

O parecer técnico elaborado por Soneghetti sobre a situação dos Warao em Manaus elaborado em 2017 apresentou algumas sugestões, entre elas uma consulta aos próprios indígenas sobre as políticas públicas que poderiam ser adotadas em conformidade com a dinâmica cultural do grupo. A proposta de realizações de audiências públicas e seminários nas esferas municipais, estaduais e federais com a participação dos Warao para debater sobre a situação da migração. O incentivado ao desenvolvimento de pesquisas nas universidades, analisando as condições de vida do grupo no Brasil. Instalações de centros de atendimento à saúde, a criação de cursos de língua portuguesa e elaboração de projetos de valorização do artesanato por eles produzido. Outra proposta no bojo do parecer era inserção na atividade pesqueira, assim como a criação de abrigos com uma infraestrutura compatível com a cultura

do povo Warao. O parecer chama a atenção sobre a permanência dos Warao embaixo do viaduto localizado em frente à rodoviária e sugere a retirada com a instalação de abrigos por parte do poder público.

O parecer considerava, na época, que havia uma dinâmica de mobilidade dos Warao entre Brasil e Venezuela, ou seja, um deslocamento constante, a fim de levar dinheiro e mantimentos para o local de origem. Cumpre destacar que o parecer foi elaborado no início de 2017, ocasião em que a quantidade de Warao no Brasil era reduzida e parte dos familiares ainda estava na Venezuela. As redes estabelecidas proporcionava a vinda gradativa desses familiares para se agregar aos grupos que já estavam aqui. O próprio parecer já apontava elementos desmotivadores para essa mobilidade. O aumento do número de pedintes nas ruas acarretava menos dinheiro na arrecadação diária. À medida que aumentava a população de Warao nas cidades de destino, aumentava também o número deles vendendo artesanatos e, conseqüentemente, a oferta tornou-se maior do que a procura. Todos esses elementos passaram a interferir nessa mobilidade entre o local de origem e o de destino. Eles não conseguiam mais recursos suficientes para promover esse movimento. O que antes poderia ser considerado uma situação de mobilidade/deslocamento vai se transformando num processo diaspórico, uma forma de exílio conforme nos ensina James Clifford.

Os abrigos instalados, posteriormente pela SEMASHD, eram diferentes dos abrigos de Roraima, que contam com as parcerias do Exército e cooperação da UFRR que promoveu diversos cursos e disponibilizou um prédio na instituição para a Polícia Federal, assim como um Centro de Referência, além de salas de apoio às ONGs como a ACNUR.

Dona Sara nos relatou que somente a SEMASDH tem se esforçado para dar apoio aos migrantes, procurando fazer alguns convênios e parcerias, no sentido de proporcionar cursos, que venham ajudar na adaptação dos Warao na cidade de Manaus, tais como curso de português e artesanatos. Mas segundo Dona Sara, os Warao resistem em aceitar esses cursos. Outro fato relatado é da não observância das regras postas, o que tem gerado certos conflitos nos abrigos. Vejamos o que disse: “Eles querem consumir bebidas alcoólicas, e estão até fazendo uso de drogas, além de querer bater nas mulheres, atitudes que não são aceitáveis”.

Outro fato interessante compartilhado na ocasião é que os aidamos têm retornado à Venezuela, deixando as esposas e os filhos no abrigo e, segundo a interlocutora vão resolver alguns assuntos em seu país de origem retornando em seguida. Como observamos, no evento citado anteriormente na UFRR, muitos fazem empréstimos para conseguirem dinheiro para

viajar e assim que conseguem juntar certa quantia retornam para saldar suas dívidas, alguns chegam a entregar seu Card³¹, como forma de garantia, para terem dinheiro emprestado.

Segundo Raquel, os Warao estão em várias casas em Manaus, cuja população gira em torno de 280 indígenas. Como algumas casas estão localizadas em áreas residenciais tem gerado alguns problemas. As casas localizadas no centro da cidade não têm problemas com os vizinhos. Ela nos descreveu que as casas têm vários cômodos e são divididos por famílias.

Fotografia 5 - Imigrantes Warao em casa alugada pela prefeitura de Manaus³²



Foto: Alberto César Araújo/Amazônia Real

Conforme relatório do Serviço do Departamento da Proteção Social Especial-DPSE/SEMMASD que tem como objetivo proteger e apoiar os “Venezuelanos Indígenas Warao e Venezuelanos”, datado de setembro de 2018, o fluxo migratório continuava crescendo e oscilando. Na cidade de Manaus localizam-se três abrigos, exclusivamente para os Warao: a casa de acolhimento denominada “Alfredo Nascimento” e o condomínio São José que disponibiliza três blocos, acolhendo ao todo 288 indígenas. Desse total, 51 estavam no abrigo do centro da cidade, situado na av. Tarumã.

Há um trabalho de orientação no que diz respeito ao uso da bebida, sensibilização quanto à mendicância, acompanhamento de crianças, limpeza para preservação do risco, de agravos de doenças e agressões contra mulher. A equipe que compõe esse atendimento e orientação é composta de um antropólogo, um assistente social, um psicólogo e um tradutor. Com relação ao diagnóstico do Abrigo Alfredo Cruz, no que diz respeito à infraestrutura,

³¹ Card é um tipo de cartão conhecido na Venezuela como “Cartão da Pátria”, que os venezuelanos ganham, lhes dá direito a receber alguns benefícios sociais, pelo menos foi essa explicação que um aidamo nos relatou durante o minicurso.

³² Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/migrante-cidadao-indios-warao-perdem-abrigo-de-triagem-em-manaus/>, visitado em 10/07/2018.

aponta-se problema de ventilação das habitações, abastecimento de água para uso doméstico e consumo de água não tratada.

No mês de outubro de 2018, a equipe contabilizou na casa de acolhimento Tarumã 75 indígenas e 15 famílias. Na casa de acolhimento Alfredo Nascimento 196 Warao, distribuídos em 54 famílias. O que chama a atenção é que contabilizando o número de crianças nos dois abrigos, chega-se a um total de 146 indígenas, a grande maioria numa faixa de 0 a 12 anos. A faixa adulta se concentra entre os 19 e 43 anos. O número de idosos é estatisticamente irrelevante. Assim, pode-se deduzir que os mais velhos ficaram para trás nesse processo diaspórico do povo Warao. Isso reforça ainda mais as redes de contato e fortalecimento com o lugar de origem, mesmo sem a esperança de retorno tão cedo. Os dados também reforçam o alto índice de crianças Warao em situação de vulnerabilidade, assim como em Pacaraima e Boa Vista.

Os relatórios apontam que não obstante terem saído da situação de rua, os indígenas ainda continuam numa situação de emergência, a contar os riscos à saúde física, psicológica e “as condições mínimas de vida das pessoas em decorrência dos contextos de imigração, deslocamento compulsório, refúgio ou situação de rua” (2018, p. 3). Com relação aos conflitos mais comuns, problema de furtos entre os Warao, principalmente de produtos alimentícios armazenados nas cozinhas dos abrigos, agressões a mulheres, mas nunca denunciadas pelas vítimas e, por último, o alcoolismo.

No fim de nossa estadia na SEMASDH, a vice-secretária e a assistente social demonstraram-se satisfeitas com nossa presença e aproveitaram para solicitar informações das instituições que estão envolvidas no acolhimento dos Warao em Boa Vista e Pacaraima. Elas mostraram interesse de realizarmos um seminário envolvendo as instituições de Manaus/AM e Boa Vista/RR, objetivando trocar informações e experiências e assim trocarmos contatos de e-mails.

No momento em que estávamos saindo da sala da vice-secretária, chegou uma antropóloga que estava trabalhando com os Warao em Santarém/PA. Apresentamo-nos e trocamos números de celular para podermos manter contatos e mantermos informações. Essa interlocutora será chamada pelo nome de Débora, procedimento que fiz com as outras interlocutoras no decorrer do trabalho. Ela estava fazendo um levantamento de quantos Warao tinha nos abrigos de Manaus, Boa Vista e Pacaraima. Segundo os últimos dados levantados por Débora, em Santarém/PA no dia 17/09/2018 contabilizava-se 67 Warao. Depois desse contato, Debora enviou uma tabela do levantamento de todas as cidades datado de 24 de agosto de 2018 que reproduzimos abaixo:

Quantos são no Brasil?			
Estados	Cidades	População estimada	Fonte
Roraima	Boa Vista	650-700	ACNUR
	Pacaraima	382	ACNUR
Amazonas	Manaus	333	SEMASDH
Pará	Belém	79 (280)	FUNPAPA
	Santarém	51	SEMTRAS
	Altamira	84	SEMIS
	Jacareacanga (Aldeia Karapanatuba, TI Mundurukânia)	30	DSEI-Itaituba
	Total populacional	1860	
	Total de acolhidos	1629	

Fonte: Débora

Como podemos verificar na tabela fornecida por Débora, os Warao estão seguindo viagem pelo território brasileiro, já sendo encontrados nas cidades de Santarém/PA, Belém/PA, Altamira/PA e Jacareacanga/PA (Aldeia Karapanatuba, Terra Indígena Mundurukânia). Eles seguem descendo para a região do nordeste do Brasil, uma viagem que talvez não tenha volta. Podemos inferir que a diáspora dos Warao tende a se prolongar pelo território brasileiro, atingindo todos os estados da federação.

Nessa primeira visita a Manaus, não tivemos como visitar as casas que servem como abrigos, mas tivemos boas informações com Sara e com Raquel, as quais ficaram muito interessadas em conhecer como está o funcionamento dos abrigos no estado de Roraima.

ENDEREÇO	HOMEM	MULHER	MENINO	MENINA	IDOSO	RECEM NASCIDO	QNT/ LOCAL
Rua Dr. Almínio, 29	15	13	3	7	1	1	40
Rua Dr. Almínio, 18	3	3	3	1	0	0	10
Rua Dr. Almínio, 37	6	9	5	6	2	0	28
Rua Quintino Bocaiúva, 561	19	36	18	11	0	0	84
Rua	23	33	28	15	3	3	105

Quintino Bocaiúva, 633							
Terminal Rodoviário	49	66	52	54	6	8	235
Cidade Nova	5	5	4	3	0	0	17
Total Geral em 22/05	120	165	113	97	12	12	519
			Retorno para Venezuela em Maio/2017				25
					Total em 23/05/2017		494

Tabela 1- Quantidade de indígenas Warao na cidade de Manaus em 23 de maio de 2017. Fonte- SEJUSC

No dia 20 de fevereiro de 2019 viajamos pela segunda vez para Manaus, com intuito de passar quatro dias e concluir a pesquisa naquela cidade. Viajamos de ônibus e quando chegamos na rodoviária daquela cidade pela manhã, nos deparamos com um grande acampamento de Warao e venezuelanos (criollos), no entorno da Rodoviária.

Dirigimo-nos a uma lanchonete e lá encontramos uma indígena e perguntei se era Warao? Ela me respondeu que sim e que estava acampada na frente da rodoviária há pelo menos duas semanas. Teria vindo direto de Tucupita, cidade de onde a maioria migrou. Ela informou que sai de Tucupita em direção a Pacaraima e de lá direto para Manaus. A índia tinha uma aparência de pessoa idosa, mas não tinha mais que trinta anos, talvez devido sua exposição ao sol.

Depois dessa breve conversa, fomos até uma mercearia localizada ao lado da rodoviária e compramos alguns biscoitos, pães, sabonetes, sucos, refrigerantes e iogurtes e levamos para os Warao que estavam em suas barracas em frente a rodoviária. Pudemos observar muitas crianças andando nuas, adultos deitados, uma indígena confeccionava artesanatos, acompanhada de outras duas indígenas mais jovens. Aproximamo-nos e conversamos rapidamente com ela. Uma delas disse que era esposa do aidamo daquele acampamento. Perguntamos há quanto tempo estavam ali? Ela me disse fazia duas semanas e que tinha vindo de Tucupita com sua família.

Logo seu marido se aproximou e se apresentou como o chefe do grupo (aidamo), que chamaremos de Moisés. Ele informou que estavam ali na frente da rodoviária há pelo menos duas semanas e que vieram de Tucupita passando por Pacaraima/RR e seguindo para Manaus. Informou que deixou parentes em Pacaraima e Boa Vista, e que em Manaus já tem alguns no abrigo do Alfredo Nascimento. Ele estava na frente da rodoviária com sua esposa, filhos e

netos e que era o ajudante do grupo, mas que tem outros grupos com outros ajudantes. Ao todo em torno de 80 indígenas acampados. Segundo ele não pretendem voltar para a Venezuela e que talvez pudessem seguir viagem para Belém.

Ela apontou para o pai que também estava naquele grupo. Trata-se de um indígena idoso, que estava com uma bolsa coletora decorrente de uma cirurgia de colostomia num ambiente sem as mínimas condições de higienização. Segundo seu Moisés, o pai iria retirá-la dentro de dois dias. No local muitas crianças, no entanto, segundo informação de um funcionário da lanchonete havia uma proibição delas ficarem perambulando no interior da rodoviária.

O ajudante nos disse que precisava de alimentos, material de limpeza e higiene pessoal. Ele era responsável por manter o local limpo e distribuir as contribuições entre os índios. Nessa ocasião perguntou se poderíamos ajudá-los. Combinamos então de votarmos no outro dia. Ele se adiantou e deu o número do seu celular pedindo para avisá-lo para marcamos o local onde entregar. Segundo ele, geralmente os criollos avançavam quando alguém ia levar alguns mantimentos.

Ele nos contou que o material que eles fazem os artesanatos foi trazido da Venezuela, e que em Manaus tem buritizeiro, mas eles não podiam tirar as fibras. Relatou-nos que eles cozinham em um lugar mais afastado do acampamento e estavam esperando a prefeitura conduzi-los para um abrigo.

Saímos da rodoviária e fomos para o hotel no centro de Manaus, depois fomos pela parte da tarde até a SEMASC³³, falar com a vice-secretaria Sara. Esta nos recebeu e nos informou como estavam os trabalhos da coordenação dos abrigos. Sara disse-nos que no momento a secretaria estava sem antropólogo para trabalhar com os Warao. Atualmente, o órgão mantinha três abrigos, nos seguintes bairros, um no Tarumã, um no Coroado e o outro no Alfredo Nascimento. O Alfredo Nascimento tem vários apartamentos, nos quais alojam as famílias. Segundo nossa interlocutora o problema é que os Warao estão ocupando os abrigos desde 2017. Informou que já tinham solicitado a extensão do Programa Acolher, administrado pelo Exército, mas não obtiveram êxito. Segundo ela, um dos fatores da não aceitação foi o motivo de Manaus não ter uma grande demanda de migrantes.

A ajuda que recebem é da Casa Civil e que o novo governo do estado do Amazonas, estava mais disposto a ajudar no acolhimento dos migrantes. Ela nos disse que muitos Warao estão com documentos em dia, alguns com pedido de refúgio vencido, outros não possuem

³³ Mulher, Assistência Social e Cidadania/SEMASC, é o novo nome da antiga Secretaria da Mulher e Direitos Humanos/SEMASH

nenhum documento. Disse que a secretaria tem feito alguns mutirões com algumas instituições, como a SEJUSC, para que eles retirem alguns documentos. Sara assinou a carta de anuência da minha pesquisa e ficou de providenciar alguma funcionária para nos acompanhar até o abrigo no dia seguinte, fato este que não aconteceu.

No dia 21 de fevereiro de 2019, por iniciativa do meu orientador, prof. Carlos Cirino, fomos ao supermercado e compramos mantimentos para levar para os Warao acampados na frente à rodoviária. Liguei para Moisés, mas ele não atendeu. Dirigimo-nos até uma lanchonete que fica na rodoviária e chamamos o aidamo para entregar as compras e aproveitamos para realizar nossa entrevista.

Enquanto conversávamos com Moisés, muitas crianças Warao brincavam na chuva, corriam nas poças d'água, demonstrando suas inocências diante daquela situação em que se encontravam. A conversa com Moisés foi muito proveitosa. Ele demonstrava orgulho quando falava dos bens que deixou em sua terra e tristeza quando falava dos parentes e conhecidos que não conseguiram sair da Venezuela, por não terem condições financeiras ou por estarem doentes ou ainda por serem idosos e não suportarem a longa diáspora a que seu povo está sendo obrigados a fazer para sobreviver.

Foi neste mesmo dia que o presidente Maduro da Venezuela anunciou o fechamento da fronteira com o Brasil e Colômbia, para que não entrasse a ajuda humanitária para Venezuela por estes países. As notícias que circularam nas mídias foram que pelo menos dois índios tinham sido mortos em conflitos com o Exército venezuelano e vários criollos também ficaram feridos.



Foto do autor: Ocupação de Warao e criollos na rodoviária de Manaus

Depois da entrevista de Moisés, voltamos para o hotel, esperando que a secretária ligasse para podermos entrar nos abrigos de Manaus, fato que não ocorreu. Como o abrigo do Tarumã fica próximo ao hotel no qual estávamos hospedados, resolvemos conhecê-lo. Seguimos rumo a Avenida Tarumã e fomos perguntando nos comércios se alguém sabia onde era o abrigo dos Warao. Uma senhora que estava em um comércio nos disse que era perto de onde estávamos e então seguimos para lá.

O abrigo do Tarumã funciona em um prédio verde, com dois pisos e vários compartimentos. Tem uma área ao lado e uma varanda, pelo menos foi o que podemos observar.

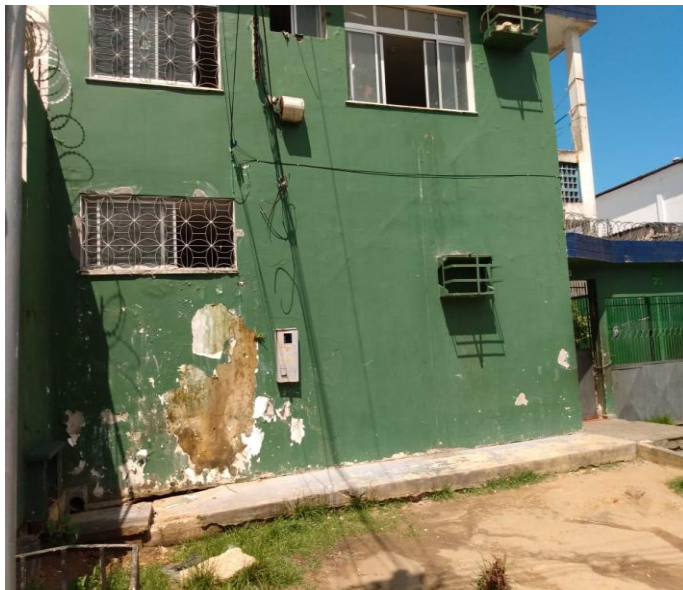


Foto do autor: Abrigo Tarumã



Foto do autor: Abrigo numa rua do Centro de Manaus

Chegamos ao abrigo do Tarumã por volta de 8 horas da manhã e lá encontramos alguns indígenas na área do prédio. Pedimos para conversar com o aidamo, mas ele não estava. Ele já havia saído para fazer compras no centro e só voltaria por volta do meio dia ou 13 horas da tarde. Então decidimos ir para o centro com a esperança de encontrar algum Warao por lá.

Seguimos de carro para o centro e pudemos ver algumas indígenas nos sinais e na praça da polícia, acompanhadas de crianças, algumas de colo, sendo amamentadas. As indígenas arrecadam dinheiro com uma caixinha de suco cortada ao meio. Os homens Warao não acompanham as mulheres nessa atividade, pois a presença deles desestimula as pessoas a darem dinheiro.

É muito fácil identificar uma índia Warao, não só pelo poste físico, mas acima de tudo pelo vestuário. Conforme Wilbert et Lafée-Wibert (2012) “Las mujeres usan vestidos cosidos a mano por ellas mismas o utilizan para confeccionarlos máquinas de coser manuales que llegaron a sus manos a través de los misioneros” (p.20). Os vestidos são coloridos e ainda usam os “portabebês” ou “*doanakaja* son espécies de chinchorritos que utilizan las mujeres, colgados transversalmente de los hombres para facilitar La carga de um infante” (p. 27).



Fotos: Wenderson de Jesus

Conversamos com uma Warao que estava acompanhada de duas crianças. Ela estava na companhia de seus filhos, um menino e uma menina que aparentavam ter uns 10 a 12 anos. Ela se chamava Santalina, vestia um vestido longo, bem característico das indígenas Warao, olhos cor de mel, aparentando uns trinta e poucos anos. Contou-nos que já estava em Manaus há dois anos, morando no abrigo do Tarumã. Informou-nos que lá não é fornecida alimentação, por isso estava ali para conseguir dinheiro para esse fim. Ela disse que tinha seis filhos, tinha passado por Pacaraima e Boa Vista e veio logo para Manaus. A terra de origem era também a região de Tucupita, da cidade de Esperança.

Perguntei se ela pretendia voltar para sua terra? Ela respondeu com um sorriso, e disse que não pensava muito nisso. Deixamos Dona Santalina com seus filhos que brincavam ao seu lado e seguimos nossa caminhada encontrando outras indígenas acompanhadas de seus filhos andando pelo centro de Manaus, todos tinham praticamente a mesma história de vida para contar.

Meses depois meu orientador retornou à rodoviária de Manaus e, segundo ele, todos os venezuelanos tinham sido retirados. Instalaram um posto de triagem no prédio de uma repartição pública ao lado da rodoviária. Os criollos não podiam permanecer durante o dia, mas a noite poderia pernoitar nas barracas instaladas, além do fornecimento de locais para higiene pessoal e um sopão servido todos os dias. Quanto aos Warao, possivelmente teriam sido removidos para um abrigo, o que já se esperava.



Foto Carlos Cirino: Antigo local na rodoviária de Manaus onde se abrigavam os Warao, assim como os criolos.



Foto Carlos Cirino: Posto de triagem instalado ao lado da rodoviária de Manaus.

A nossa rede de informações com a SEMASDH foi interrompida em razão da mudança do Secretário de Estado, conseqüentemente, de toda a equipe que atuava no programa de assistência aos venezuelanos. A antropóloga que conhecemos pesquisando também na SEMASDH nos passou as informações dos Warao já em Belém/PA, Santarém/PA, Altamira/PA e Itaituba. No Nordeste procuramos estabelecer uma rede com a antropóloga Carmen Lucia da Silva da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Segundo ela, no mês maio do corrente ano já se encontravam na cidade em Teresina três grupos de Warao, dois já em abrigos, o outro, a espera de um local, no entanto a proposta dos órgãos de assistência do Governo Estado era juntá-los em um mesmo local, enquanto a Prefeitura ficaria com a responsabilidade da alimentação e assistência médica. A população Warao em Teresina já era calculada em torno de 200 índios. Entre o dia 10 e 13 de setembro do corrente ano, o

Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI realizou um seminário com o tema: “Warao: Direitos e Práticas de Acolhimento e Proteção”.

Em 29 de julho o jornal “O Imparcial” noticiava: “Índios venezuelanos “invadem” São Luís”. Vejamos um trecho da matéria:

Já chegaram a São Luís 136 refugiados, que se encontram nas ruas da cidade, pedindo ajuda à população. São indígenas da etnia Warao e que estão sendo atendidos pelo governo do Maranhão, através da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES) e Secretaria de Estado da Saúde e Prefeitura de São Luís, por meio da Semcas.

Em 30 de setembro de 2019 a imprensa noticia a chegada dos Warao na cidade de Fortaleza, a matéria noticiava: “Voluntário abriga 40 refugiados venezuelanos no Ceará”:

Grupo foi encontrado em maio deste ano vivendo em situação de vulnerabilidade extrema no Centro de Fortaleza e pedindo ajuda nas ruas da cidade. Resgatados em maio deste ano de situação de vulnerabilidade por estarem vivendo em pequenos cômodos sem condições precárias no Centro de Fortaleza, cerca de 40 refugiados venezuelanos, índios da tribo Warao, vivem, desde junho, em um imóvel localizado em Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). O local foi cedido por um voluntário – que pediu para não ser identificado – após se deparar com uma das famílias pedindo dinheiro em uma rua da capital cearense.

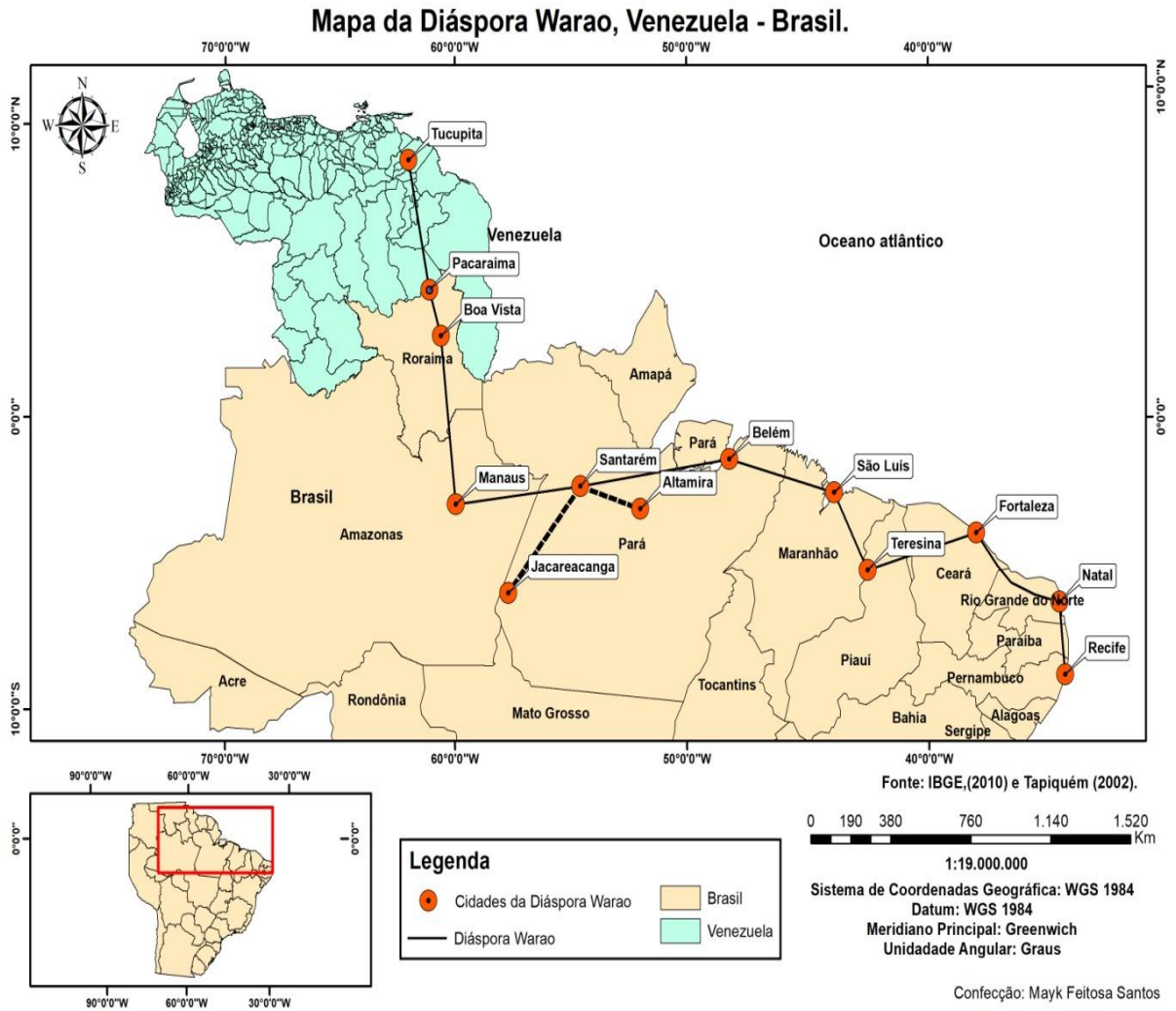
Em 26 de setembro de 2019 a imprensa noticia a chegada dos Warao no estado do Rio Grande do Norte: “Associação busca moradia para venezuelanos indígenas que pedem dinheiro nas ruas de Natal”. Vejamos trecho da matéria:

Segundo a Associação em Solidariedade ao Imigrante do Rio Grande do Norte (Asirn), ao todo, são 19 pessoas que vieram da Venezuela para se instalar na capital potiguar, e todos são índios Warao. Desde a semana passada, nas principais avenidas da Zona Leste e da Zona Sul de Natal, começaram a aparecer imigrantes venezuelanos pedindo dinheiro nos sinais. Os grupos se concentram em Ponta Negra e em Petrópolis. (...) A Assim tenta agora conseguir moradia para esses imigrantes.

Em 15 de outubro de 2019, quando já estávamos na fase de revisão da dissertação, tomamos notícias da chegada dos Warao na cidade de Recife. Vejamos a manchete da matéria: “Poderes se unem para resolver situação dos venezuelanos em Recife”. Segundo a matéria, 40 venezuelanos teriam chegado à cidade e os Warao teriam se fixado provisoriamente num pensionato.

Como podemos aduzir, a diáspora dos Warao seguiu o caminho partindo de Tucupita na Venezuela, entrando no território nacional pela cidade fronteira de Pacaraima/RR,

seguindo a Boa Vista, Manaus, Belém e outras cidades do Pará, seguindo para o Estado do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Os Warao promovem um verdadeiro programa de interiorização próprio e temos a certeza que até a defesa dessa dissertação já terão alcançados outros estados do nordeste do Brasil.



Mapa confeccionado por: Mayk Feitosa Santos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação teve como tema a análise da diáspora do povo Warao, a partir do seu local de origem, a cidade de Tucupita, República Bolivariana da Venezuela, seguindo numa longa caminhada pelo território do brasileiro. Demonstramos, historicamente, os impactos dos projetos de desenvolvimento implantados nos antigos territórios tradicionais ocupados por eles e, conseqüentemente, a geração de um processo de migração, inicialmente dentro da própria Venezuela.

O local de entrada é a fronteira da cidade venezuelana de Santa Elena do Uairen e Pacaraima/TI São Marcos, seguindo a rota da BR 174. Nessa caminhada, temporariamente, alguns se fixaram no abrigo instalado na cidade de Pacaraima/RR, enquanto política pública de acolhimento, haja vista a situação em que se encontravam, ou seja, considerados moradores de rua. Outros seguiram para Boa Vista atravessando a TI São Marcos. As lideranças indígenas da TI foram provocadas no sentido de um possível acolhimento pelos índios dentro do seu território, fato que foi imediatamente rechaçado.

Em Boa Vista, muito cedo, foram retirados das ruas e abrigados num ginásio esportivo situado no bairro da Pintolância. Em Boa Vista/RR tiveram apoio de organizações não governamentais, dos órgãos públicos do Estado de Roraima e do Exército Brasileiro. Outros seguiram para Manaus, onde o apoio foi mais tardio. Inicialmente, se fixaram embaixo do viaduto da rodoviária e depois foram removidos para três abrigos improvisados, em verdade, casas alugadas pela Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos/SEMASDH/Prefeitura Municipal de Manaus. Outros tentaram se mantêm em hospedarias pagando diárias entre R\$ 10,00 a R\$ 30,00, mas as dificuldades foram crescendo e tiveram que voltar para debaixo do viaduto, na rodoviária. Os Warao, então passaram a seguir a rota Santarém/PA, Altamira/PA, Jacareacanga/PA, Belém/PA, São Luís, Teresina, Fortaleza/CE, Natal e recentemente Recife. O deslocamento, praticamente, teve início em 2014 e o crescimento tem sido extremamente gradativo até aos dias atuais. Os órgãos de assistência não têm dados precisos da quantidade de Warao que entraram no Brasil. No início do processo migratório era possível se falar em deslocamento/mobilidade, mas quando do nosso trabalho de campo passamos a entender que a melhor definição dessa caminhada era uma diáspora pelo território brasileiro. Dessa forma, os trabalhos de Clifford e Hall foram de suma importância para a apreensão do nosso objeto de estudo. Já com relação a nossa ferramenta metodologia, realizamos pesquisas de campos em diferentes “*locus*”, de forma alternada.

Outra análise conclusiva é de que os Warao experimentam um processo de discriminação/preconceito nessa caminhada, não só por parte dos brasileiros, mas dos compatriotas venezuelanos não indígenas por eles designados de criollos. Essa xenofobia fez-se sentir com maior gravidade na cidade de Manaus com as várias tentativas de incêndios criminosos nos locais onde os Warao se abrigavam. Em Boa Vista e Pacariama os relatos também se confirmaram nessa direção. Outro elemento conclusivo demonstrado no trabalho é apoiado nos dados quantitativos coletados em relatórios e nos abrigos que é a predominância de menores migrantes Warao. Em todos os documentos a percentagem girava em torno de 50% da população. Por outro lado, o número de idosos migrantes é irrelevante, o que nos leva a inferir que as pessoas nessa faixa etária ficaram para trás nesse movimento diaspórico e no futuro próximo, caso na haja um movimento de volta ao local de origem, as redes estabelecidas podem ser enfraquecidas. Outros direitos sociais relacionados com as condições de vida do Warao foram observados durante a pesquisa, a luz do que tinha sido determinado pelo poder judicial, e comprovamos que pouco se tem feito ao longo dos 5 anos de caminhada deste povo.

Também ficou demonstrada a incidência de doenças e uma falta de assistência à saúde, agravadas pelas condições de vida em que estão submetidas, principalmente voltadas para as crianças Warao. Isso reflete no alto índice de mortalidade infantil. Demonstramos que os órgãos públicos e as entidades não governamentais que gestam as políticas públicas de acolhimento aos migrantes Warao não estavam preparados para lidar com a dinâmica cultural do grupo. Os próprios abrigos improvisados, como o ginásio esportivo no bairro da Pintolândia, as casas e apartamentos alugados em Manaus nos conduzem nessa observação.

É preciso ressaltar que houve, posteriormente, algumas tentativas de ajustamento para atender as dinâmicas culturais dos Warao, como algumas adaptações nos abrigos, mudanças na dieta alimentar, no entanto, diferenciadas de um estado para outro (Roraima/Amazonas). Outra questão que ressaltamos foi à política de atuação da ACNUR, já criticada por outros pesquisadores e que comprovamos durante o trabalho de campo e as tentativas de acesso aos abrigos. A política da ACNUR é de isolar e tutelar os migrantes venezuelanos. Essa prática já era apontada por Agier (2006) quando analisava a atuação da entidade com outros refugiados. O autor chega a afirmar que é uma forma obsecada de controle e comprovamos pela dificuldade de acesso aos abrigos enquanto pesquisadores. No caso do Warao é difícil manter esse controle por questões de ordem cultural e isso representa um grande problema para a ACNUR. Ficou demonstrado que os Warao não abre mão da dinâmica cultural de ir e vir sem necessariamente, ter que pedir permissão de um órgão “controlador”. Outro exemplo, a recusa

a determinada dieta alimentar e de buscar outros recursos não disponibilizados pelos órgãos públicos e Organizações não governamentais. Essa política de isolar, controlar rigorosamente seja talvez o despreparo destas entidades de trabalhar com o outro. Isso pode ter levado a instalação de um abrigo alternativo no bairro Jóquei Clube administrado pelos próprios Warao e criollos. Alguns interlocutores afirmaram que tinham deixado os abrigos controlados pela ACNUR e Exército Brasileiro e foram morar no abrigo que aqui denominamos de alternativo.

Como a migração dos Warao se processa em grupos organizados, muitos com vínculos familiares, em média 30 a 40 pessoas, torna-se inviável incorporá-la a política pública do governo federal de interiorização dos migrantes. A política pública de interiorização foi criada com o objetivo da inserção de famílias nucleares venezuelanas em outros estados da federação com um planejamento de fixação, com moradia, capacitação, emprego, entre outros. Como os Warao migram em grupos grandes ligados por relações de parentesco e de localidade, torna-se inviável colocá-los no programa do governo e dessa forma não há como inseri-los enquanto grupos extensivos no mercado de trabalho. E assim, os Warao promovem uma auto-interiorização.

Por fim, observamos que as recomendações de órgãos federais com relação ao atendimento e acolhimento dos Warao não prosperaram ao longo desse período de caminhada. A situação tende a se agravar com a crescente chegada de novos grupos ao território brasileiro. O que antes parecia uma mera mobilidade parece transformar-se na dispersão de um povo que já se espalhou pelo norte e nordeste do Brasil. Até o fechamento da dissertação, os Warao já tinham atingidos a cidade de Recife. O processo de diáspora aqui analisado, consequência de um esbulho territorial, tem deixado marcas de penúria na história do Warao, mas se faz necessário que o Estado brasileiro reconheça os direitos consagrados na Convenção 169 da OIT e garanta a integridade das práticas sociais e das instituições deste povo.

Referências Bibliográficas

- AGIER, Michel. **Refugiados na nova ordem mundial**. Tempo Social, 18 (2), 2006, 197-215.
- ALMEIDA, F. W & YAMASHITA, A.C. Arquitetura Indígena. In: **Revista de Ciências Exatas e da Terra**. UNIGRAM, v. 2. N. 2, 2013.
- ANDRELLO, Geraldo. Fazenda São Marcos de Próprio Nacional a Terra Indígena. **Roraima: Homem e Ecologia** / Organização de Reinaldo Imbrozio e Valdinar Ferreira Melo - Boa Vista: FEMACT, 2010, 644p. p. 67-94.
- _____, Geraldo. **Os taurepang: Memória e Profetismo no Século XX**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas-SP, Campinas, 1993. Mimeografado.
- BARBOSA, Rafael. G1 RN. **Associação busca moradia para venezuelanos indígenas que pedem dinheiro nas ruas de Natal**. 26/09/2019. Disponível: <https://g1.globo.com/RN/rio-grande-do-norte/noticias/2019/09/26/as> acesso: 12/10/2019.
- BARRETO, Helder C. **Direitos Indígenas: Vetores Constitucionais**. Curitiba: Juruá, 2003.
- BARTH, Fredrik, **O guru, iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. RJ: Contra Capa, 2000. Organização: Tomke Lask.
- BELLO, Enzo. **A Cidadania no Constitucionalismo Latino-Americano**. Caxias do Sul: EDUCS, 2012.
- CASTIGLIONI, Aurélia. Migração: abordagens teóricas. In: ARAGÓN, L. E (org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém/PA: NAEA/UFPA, 2009.
- CASTRO, Alvaro A. García. Mendicidad indígena: Los Warao Urbanos, in **Boletín Antropológico, Centro de Investigaciones Etnológicas**. Museo Arqueológico, Universidade de Los Andes, Mérida, 2000. Pag. 79 a 90.
- CIRINO, Carlos. **Laudo pericia antropológica no município de Pacaraima e Uiramutã/RR**. Boa Vista, 2002. Processo nº 95.000683-90 (mimeografado).
- CLIFFORD, James. **Cultural Anthropology**, Vol. 9, no. 3, Further Inflections: Toward Ethnographies of the Future, 1994, pp. 302-338.
- DÍAZ DIEGO, José. **El delta indígena: los guaraúnos del orinoco en La etnografía del obispo turrado**. 2008.
- CUNHA, Douglas. **Índios venezuelanos “invadem” São Luís**. O imparcial. São Luís/MA. 29/07/2019. Disponível: <https://imparcial.com.br/2019/07/índios-venezuelanos>. acesso: 12/10/2019.
- FACUNDO, Matheus. G1 CE. **Voluntário abriga 40 refugiados venezuelanos no Ceará**. 30/09/2019. Disponível: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/09/30/voluntario-abrig>. Acesso: 12/10/2019.

FONSECA, Vandr . Migrante cidadão:  ndios Warao perdem abrigo de triagem em Manaus. Reportagem publicada em 22/02/2018 às 00:04. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/migrante-cidadao-indios-warao-perdem-abrigo-de-triagem-em-manaus/> Site visitado em: 10/07/2018

GERULEWIEZ, Marisa Vannini de. **El Cham n de los Canagueros. Vieje por ei mundo indígena venezuelano**. Impreso em 2013 en l s talleres de La Fundación Imprensa de La Cultura.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipula o da identidade deteriorada**. LTC, 1981.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e media es culturais** / Stuart Hall; Organiza o Liv Sovik; Traducao Adelaine La Guardia Resende ... letall. - Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasilia: Representacao da UNESCO no Brasil, 2003.

HEINEN, Dieter; GARCÍA-CASTRO, Alvaro. Arquitectura indígena venezolana y heterogeneidad Warao. **Una aclaración necesaria Boletín Antropológico**, vol. 31, núm. 85, enero-junio, 2013, pp. 7-34. Universidad de los Andes. Mérida, Venezuela.

KOCH-GRÜNBERG, T. DEL RORAIMA AL ORINOCO, Observaciones de um viaje hecho por Theodor Koch-Grünberg por el Norte de Brasil y Venezuela durante l s años 1911 y 1913. Tomo III - ETNOGRAFIA. 1983.

LUGO, diosey. Economia indígena y estratégias de reproducción em El grupo indígena warao. In **Revista Venezolana de Economia Social/Cayapa**. Ano 7, Enero-Junio, Venezuela, 2007. Pag. 59-75.

MOR N, Eduardo Daniel Lazarte. **As implica es jurídicas e socioambientais na cria o de município em terra indígena: caso referência Pacaraima – RR**. 2012, 108p Disserta o de Mestrado em Direito Ambiental. Universidade do Estado do Amazonas: Manaus, 2012.

MOTA, Carolina; GALAFASSI, Bianca. A demarca o da Terra Indígena Raposa Serra do Sol: processo administrativo e conflitos judiciais. In TRUJILLO et al. (org.) **Makunaima Grita! - Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os Direitos Constitucionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.p. 73-125.

NET10. **Poderes se unem para resolver situa o dos venezuelanos no Recife**. 15/10/2019. Disponível: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia>. acesso: 04/11/2019.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades de trabalho do antropólogo em laudos periciais. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João (org.). **Indigenismo e territorializa o: Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Livraria Contra Capa: RJ, 1998, p. 269-295.

RAMOS, Luciana, BOTELHO, Emília et TARRAGÓ, Eduardo. **Parecer Técnico/SEAP/6  CCR/PFDC**, n  208/2017.

SAHLINS, Marshall. O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: Por que a cultura não é um “objeto” em Via de Extinção (parte II). In: **Mana. Estudos de Antropologia Social**. PPGAS- Museu Nacional/UFRJ, 3(2). 1997, p. 107-150.

SANTOS, Edlamar Oliveira dos. **O processo de produção do espaço fronteiriço da Amazônia: O caso de Pacaraima-RR**. Universidade Federal de Roraima, 1998. Monografia de especialização em Relações Fronteiriças, Centro de Ciências Sociais e Geociências, Universidade Federal de Roraima, 1998.

SANTOS, Gilda Diniz dos. Constitucionalismo latino-americano: positivação e efetivação do direito indígena nas constituições recentes da Bolívia, Equador, Venezuela e Brasil. **Constitucionalismo latinoamericano: positivización y la aplicación del derecho indígena en las últimas Constituciones de Bolivia, Ecuador, Venezuela y Brasil**.

SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS. **Relatório da equipe técnica multidisciplinar abrigos Alfredo Nascimento e Tarumã**. Manaus/setembro/outubro 2018.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Contribuições Metodológicas para a Análise das Migrações: In: Demartini, Zeila de Brito F. & Truzzi, Oswaldo M. Serra. **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSar, 2005.

SILVEIRA, Edson Damas da. **Meio ambiente, Terras Indígenas e defesa Nacional: Direitos fundamentais em Tensão nas Fronteiras da Amazônia Brasileira**. Curitiba: Juruá, 2010. 312p.

TURNER, Víctor W. T853p. **O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura**; tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis, Vozes, 1974.

SONEGHETTI, Pedro Moutinho Costa. **Parecer Técnico acerca da situação dos indígenas das da etnia Warao na cidade de Manaus, provenientes da região do delta do Orinoco, na Venezuela**. Procuradoria Geral da República/AM, 2017.

VENTURA, Luis. Migração e direitos coletivos: a presença dos Warao no Brasil. In: **Relatório - Violência contra os Povos Indígenas no Brasil**. Conselho Indigenista Missionário – CIMI, 2018.

WILBERT, Werner; LAFÉE-WILBERT, Cecilia Ayala. LOS WARAO, In: **Salud Indígena en Venezuela, volumen II**. Cordinador del proyector: Germán Freire. Prerensa e Impresión Editorial Arte, 2007.

_____, **La Mujer Warao: de recolectora deltana a recolectora urbana**. Caracas: Fundación La Salle de Ciencias Naturales, Instituto Caribe de Antropología y Sociología. v. iluso Fundación La Salle de Ciencias Naturales. Monografía N° 51. 2008.

ANEXOS

ACORDO DE COOPERAÇÃO JUDICIAL N.º 01/2018

**ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM
O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
RORAIMA (TJRR) E O ALTO COMISSARIADO
DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS
(ACNUR), PARA OS FINS QUE ESPECIFICA –
SEI N.º 0004176-38.2018.8.23.8000**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, CNPJ n.º 34.812.669/0001-08, sediado à Praça do Centro Cívico, n.º 296, Centro, Boa Vista/RR, representado por sua Presidente, Desembargadora **ELAINE CRISTINA BIANCHI**, brasileira, casada, portadora do RG n.º 490.904-6 expedida pela SSP/RR e CPF n.º 058.577.118-94 e o **ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS**, adiante nomeado **ACNUR**, Organização Internacional inscrita no CNPJ n.º 07.100.754/0001-62, com sede a SCN QD5 Torre Sul A Sl.801, Brasília/DF, neste ato representada por sua Representante no Brasil **ISABEL MARQUEZ**, documento de identificação n.º FI252247-00, inscrita no CPF n.º 078.779.301-94,

CONSIDERANDO o deslocamento de venezuelanos para o Estado de Roraima, sem condições para a própria manutenção e em situação de extrema vulnerabilidade;

CONSIDERANDO que esse cenário de deslocamento dos venezuelanos não demonstra ser resolvido em curto prazo;

CONSIDERANDO a decretação da situação de emergência social tanto no Estado de Roraima (Decreto n.º 24.469-E, de 04 de dezembro de 2017), como no Município de Boa Vista (Decreto n.º 49/E, de 22 de fevereiro de 2018);

CONSIDERANDO a Resolução TJRR n.º 67, de 12 de dezembro de 2012, que institui, no âmbito do Poder Judiciário, o Grupo Especial de Apoio e Resposta a situações de emergência;

CONSIDERANDO a obrigação do Poder Público, inclusive do Judiciário, em assegurar a brasileiros e estrangeiros, os direitos inerentes à dignidade da pessoa humana, nos termos dos artigos 1.º e 5.º da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir, de forma prioritária, a defesa dos interesses de crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência em situações de emergências, a fim de evitar a violação de seus direitos fundamentais;

CONSIDERANDO que a efetivação dos direitos humanos dos venezuelanos, que se encontram em situação de vulnerabilidade, depende da cooperação entre múltiplas esferas internacionais, nacionais e locais;

CONSIDERANDO o mandato do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no sentido de apoiar o Estado Brasileiro no fortalecimento do sistema nacional de refúgio e na proteção das pessoas refugiadas e apátridas;

RESOLVEM firmar **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - A cooperação objetiva, prioritariamente, a conjugação de esforços para atendimento judicial itinerante à população de interesse do ACNUR no Estado de Roraima.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA - Para a consecução do objeto deste Acordo, os partícipes comprometem-se, conjuntamente, a:

I - adotar ações de cooperação para atendimento da população de interesse do ACNUR no Estado de Roraima;

II - realizar ações de assistência técnica e capacitações entre os agentes públicos envolvidos no atendimento de imigrantes e refugiados;

A

III - intercambiar informações, documentos e apoio técnico-institucional necessários à execução do objeto deste Acordo;

IV - acompanhar e avaliar, constantemente, a execução das ações a serem desenvolvidas;

V - dar publicidade às ações advindas deste Ajuste, em especial na região a ser atendida pelo Serviço Judicial Itinerante.

DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

CLÁUSULA TERCEIRA – Ao Serviço Judicial Itinerante compete:

I - Homologar acordos nas causas cíveis que envolvam as seguintes matérias:

a) reconhecimento de união estável;

b) extinção de união estável;

c) reconhecimento de paternidade;

d) fixação de alimentos;

e) revisional e exoneração de alimentos;

f) posse e guarda de filhos menores;

g) regulamentação de visitas;

h) autocomposição extrajudicial, na forma do Código de Processo Civil.

II - Processar e julgar os seguintes pedidos:

a) registro de nascimento de crianças nascidas no Brasil;

b) retificação de registro nas hipóteses da alínea "a"

c) emancipação;

d) interdição;

e) causas dos Juizados Especiais Cíveis e Fazendários.

§ 1.º O Serviço Judicial Itinerante é informado pelos princípios da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, priorizando sempre que possível a conciliação ou a transação.

§ 2.º As audiências poderão ser realizadas em espanhol, mas os atos processuais deverão ser redigidos em português.

§ 3.º Os documentos apresentados não precisarão ser traduzidos para o idioma nacional.

§ 4.º A revisão e execução dos acordos será realizada na Justiça Itinerante.

§ 5.º Não haverá expedição de carta rogatória.

§ 6.º Eventual recurso deverá ser encaminhado para o órgão jurisdicional de 2.º grau (Tribunal de Justiça ou Turma Recursal).

CLÁUSULA QUARTA - Incumbe ao magistrado da Vara da Justiça Itinerante:

I - Assinar os atos jurisdicionais, assim como os administrativos necessários à concretização do Serviço Judicial Itinerante;

II - Expedir Portarias para esmiuçar este Acordo;

III - Estabelecer calendário de atendimento em refúgios, praças e logradouros onde se encontrem os refugiados, com pelo menos umasemana de antecedência;

IV - Firmar parcerias com os Municípios e Estado de Roraima para auxílio no Serviço Itinerante, bem como para atendimento às demandas fazendárias submetidas ao rito da Lei n.º 12.153/2009;

V - Solicitar, se necessário, cursos básicos de espanhol venezuelano para os integrantes da Justiça Itinerante e parceiros.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA QUINTA – O Tribunal de Justiça arcará com os ônus (diárias e deslocamentos) da equipe da Justiça Itinerante.

DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA SEXTA- Os partícipes poderão designar gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente Acordo.

DA EFICÁCIA E DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SÉTIMA- Este Acordo terá eficácia a partir de sua assinatura e vigência enquanto durar a situação emergencial dos venezuelanos no Estado de Roraima.

DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

CLÁUSULA OITAVA- É facultado aos partícipes promover o distrato do presente Acordo, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral por iniciativa de qualquer deles, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual, somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA NONA- Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os celebrantes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos.

DA PUBLICAÇÃO

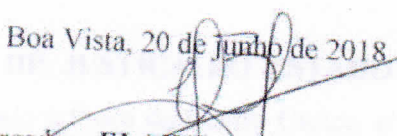
CLÁUSULA DEZ - O extrato do presente instrumento será publicado no Diário de Justiça de Roraima, em conformidade com o que estabelece o parágrafo único do art. 61, da lei nº 8.666/93.

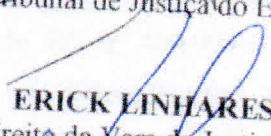
DO FORO

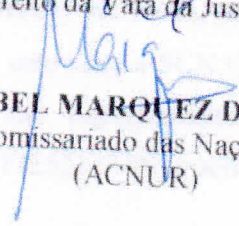
CLÁUSULA ONZE - Não haverá estabelecimento de foro. Eventuais dúvidas ou controvérsias oriundas deste instrumento serão dirimidas de comum acordo pelos partícipes.

E, por estarem assim ajustados, assinam os celebrantes o presente instrumento, para todos os fins de direito.

Boa Vista, 20 de junho de 2018


Desembargadora **ELAINE CRISTINA BIANCHI**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima


ERICK LINHARES
Juiz de Direito da Vara da Justiça Itinerante


ISABEL MARQUEZ DANIEL
Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
(ACNUR)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TERMO DE PARCERIA FIRMADO ENTRE A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR
E O
ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS
PARA IMPLEMENTAÇÃO DA CÁTEDRA SÉRGIO VEIRA DE MELLO

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR, Instituição de Ensino Superior, com sede na Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, Avenida Ene Garcez, CEP 69.310-000, doravante designada UFRR, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 34.792.077/0001-63, neste ato, representada por seu Pró-Reitor de Planejamento Dirceu Medeiros de Moraes, RG 95003018080, CPF 292.290.814-34, em exercício da Reitoria e representando nesse ato o Reitor, Jefferson Fernandes do Nascimento, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade RG n. 51522, SSP/RR e inscrito no CPF/MF sob o n. 188.715.442-15, com endereço comercial supracitado, e o ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADO (ACNUR) no Brasil, Organização Internacional do Sistema das Nações Unidas, com sede na SCN quadra 05, Bloco A, Torre Sul, 8º andar, Sala 801, Edifício Brasília Shopping, Brasília, DF, (07.100.754/0001-62) neste ato representado por sua Representante para o Brasil, Sra. Isabel Marquez, espanhola, casada, carteira de identidade diplomática n. 25247-00 MRE, doravante denominado ACNUR, manifestam interesse em firmar acordo de parceria mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir:

Considerando:

- a. O papel primordial das Instituições de Ensino (IEs) no ensino, promoção e difusão do Direito Internacional dos Refugiados e dos Direitos Humanos em geral, e a possibilidade de realizar programas e ações nesse campo, em parceria com o ACNUR;
- b. A importância das IEs como apoiadoras da rede nacional de assistência aos refugiados, contribuindo com suas capacidades de extensão, no atendimento educacional e jurídico aos refugiados, em especial na cidade de Boa Vista-RR.

- c. A necessidade de facilitar a integração dos refugiados no Brasil, preferencialmente por meio da educação como instrumento de promoção social, de formação profissional, da aprendizagem da língua portuguesa, do acesso à cultura e da inclusão cidadã;
- d. A carência de assistência jurídica aos solicitantes de refúgio e refugiados, bem como suas necessidades de atendimento psicológico e médico;
- e. A necessidade de divulgação da temática da proteção internacional dos refugiados, por meio de publicações em colaboração com o ACNUR, traduções de documentos e organização de eventos para a difusão do tema dos refugiados no Brasil;
- f. A valorização do conhecimento recíproco, entre refugiados e brasileiros, para favorecer o respeito mútuo e a integração local dos refugiados à sociedade brasileira.

Resolvem acordar as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DEVERES COMUNS DOS PARCEIROS

- a. Cumprir com as cláusulas de acordos e projetos desenvolvidos pela parceria;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Pelo presente instrumento, a UFRR manifesta interesse em firmar acordo para criação/manutenção da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, com o objetivo de promover e difundir o Direito Internacional Humanitário, o Direito Internacional dos Direitos Humanos, e, em especial, o Direito Internacional dos Refugiados que encontrem-se sob a proteção internacional do Governo do Brasil, bem como de desenvolver atividades que objetivem a incorporação da temática do refúgio na agenda acadêmica da instituição.

CLÁUSULA TERCEIRA- DAS CONTRIBUIÇÕES DO ACNUR BRASIL

Para viabilizar os objetivos previstos no presente acordo, o ACNUR mantém o compromisso de:

- Manter as IES parceiras da Cátedra constantemente atualizadas sobre o desenvolvimento recente da normativa nacional e internacional sobre refúgio, assim como sobre as principais atividades do ACNUR Brasil no país e em outras partes do mundo;
- Incentivar a produção acadêmica sobre refúgio e a divulgação dos produtos, mantendo um arquivo dos trabalhos produzidos pelos professores e alunos das IES parceiras.

- Apoiar institucionalmente as IES na realização de seminários e programas de capacitação dos corpos docente e discente sobre direito humanitário, direitos humanos e direito dos refugiados, incluindo, quando possível, a participação de especialistas de organismos internacionais, do governo e da sociedade civil;
- Permitir o uso do logotipo do ACNUR Brasil para atividades conjuntas, conforme as diretrizes internas posteriormente repassadas as IES;
- Participar das publicações das IES parceiras relativas à proteção dos refugiados e outras populações sob o mandato do ACNUR Brasil;
- Subsidiar material de capacitação, quando possível, e indicar bibliografia sobre direito internacional, direitos humanos e direito dos refugiados;
- Contribuir na divulgação de atividades organizadas pelas IES parceiras sobre a temática do refúgio;
- Organizar e promover reuniões de coordenação entre as diversas IES vinculadas à Cátedra;
- Avaliar as atividades desenvolvidas pelas IES parceiras no âmbito da Cátedra.
- Apoiar as IES parceiras nas atividades de captação de recursos para projetos relacionados à Cátedra, desde que o projeto de captação seja previamente compartilhado com o ACNUR Brasil para apreciação e comentários.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONTRIBUIÇÕES DA IES PARCEIRA

1. Desenvolver ao menos 03 (três) ações em qualquer uma das vertentes da tríade ensino, pesquisa e extensão conforme indicado neste Termo de Parceria, e a ser detalhado no **Plano de Trabalho**, especificando as ações e atividades a serem realizadas em um período de 02 (dois) anos, e indicando os representantes responsáveis.

CLÁUSULA QUINTA - DO PLANO DE TRABALHO

1. O desenvolvimento das ações previstas neste acordo de parceria, que tem como objetivo difundir e incentivar a temática da proteção internacional da pessoa humana, e dos refugiados em particular, mediante atividades curriculares e extracurriculares estão disciplinadas no **Plano de Trabalho**, que é parte integrante do presente termo.

2. A IE se compromete a apresentar ao ACNUR um relatório das atividades realizadas no âmbito do Plano de Trabalho, 60 dias antes do término do período de vigência do Convênio, ou no prazo convencionado pelas partes.

CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA

Este instrumento entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência de dois anos, sendo automaticamente renovado, após seu término, por igual período, a não ser que uma das partes informe a outra, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias da data do término, sua intenção de não renovar, sem prejuízo das atividades em curso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA IMUNIDADE DIPLOMÁTICA

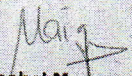
Nenhuma parte do presente Termo de Parceria poderá ser interpretada como renúncia expressa ou tácita de nenhum dos privilégios ou imunidades gozadas pelo ACNUR em virtude do Acordo de Sede assinado com o Governo Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA- DO FORO

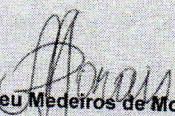
A UFRR e o ACNUR privilegiarão a resolução negociada e extrajudicial de todas as questões oriundas da execução deste instrumento.

E, por estarem assim justas e convenientes, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Boa Vista, 17 de maio de 2017.


Isabel Marquez

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR


Dirceu Medeiros de Moraes

Pró-Reitor de Planejamento em exercício da Reitoria
Universidade Federal de Roraima - UFRR

Testemunhas :

Ana Luísa de Jesus

Nome :

D.I.: 294790-21
SSP - 4

Edson de Jesus

Nome :

D.I.: 011875328-4 | FP/RJ

X